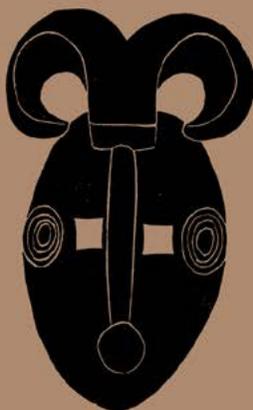


CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Nº 21/2020.2

Pandemia nos
Territórios Negros



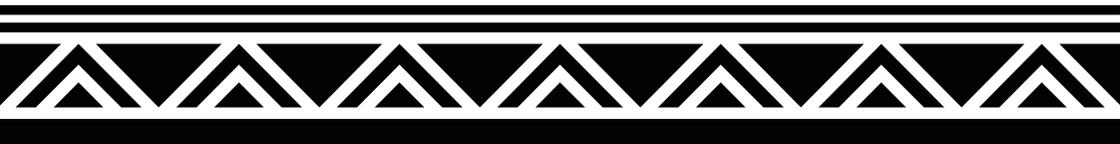
NUER / UFSC

2020

CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Números Anteriores

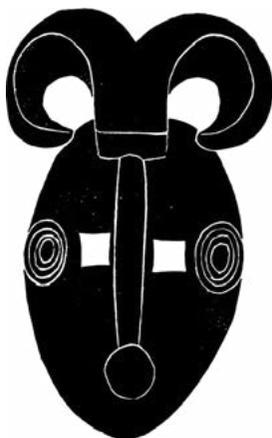
- 01 Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade e segregação
- 02 Terras e territórios de negros no Brasil
- 03 Identidades étnicas no sul do Brasil
- 04 Laudos periciais antropológicos
- 05 Negritude e auto-estima
- 06 Quilombo: fontes bibliográficas
- 07 Os quilombos do Brasil: questões conceituais e normativas
- 08 O direito constitucional de propriedade das comunidades remanescentes de quilombo
- 09 Laudos antropológicos: carta de Ponta das Canas
- 10 Capoeira na universidade
- 11 Saúde pública e ações afirmativas
- 12 Etnicidade e gênero
- 13 Línguas atuais faladas em Angola: entrevista com Daniel Perez Sassuco
- 14 Diálogos com Moçambique
- 15 Ações Afirmativas, Cotas e Formação Universitária
- 16 Expressões Culturais Afro-Brasileiras: Literatura e Musicalidade
- 17 Direitos Humanos, Racismo e Lutas Identitárias Afro-Brasileiras
- 18 Guerreiro Ramos e a arte negra
- 19 Arte afro-latina
- 20 Ensino à distância como armadilha perfeita



CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Nº 21/2020.2

Pandemia nos Territórios Negros



NUER - NÚCLEO DE ESTUDOS DE IDENTIDADES
E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

2020



Catlogação na fonte por NUPPE

Cadernos Textos e Debates / Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas. Número 21 (2020.2) - Florianópolis: UFSC/NUER, 2020, 89 p.

ISSN 2526-981X

1. Antropologia 2. Periódico 3. Universidade Federal de Santa Catarina

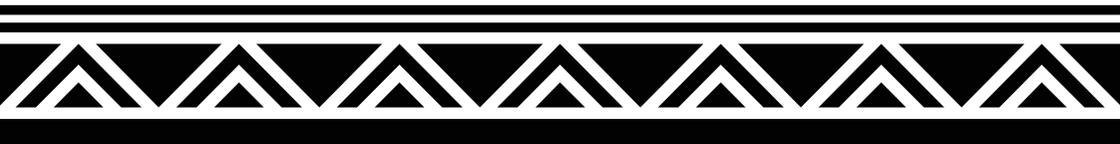
Revisão: Charlott Eloize

Ilustração: African Design, Geoffrey Williams, 1971.

Projeto Gráfico: Cainã Margarida

Diagramação: Thabata J. B. Pinheiro

Apoio: Núcleo de Publicações do CFH/UFSC - NUPPE



CADERNOS TEXTOS E DEBATES

N. 21, 2020.2

PERIODICIDADE SEMESTRAL

Comissão Editorial

Diana Brown – Bard College, New York, EUA

Douglas Ladik Antunes – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis SC, Brasil

Frank Milton Marcon – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju/SE, Brasil

José Bento Rosa da Silva – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil

Oswaldo Martins de Oliveira – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil

Pedro Martins – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

Ricardo Cid Fernandes – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, Brasil

Editora responsável e organizadora deste número:

Ilka Boaventura Leite

Endereço: Campus Universitário. Trindade. Florianópolis/SC, Brasil.

CEP 88040- 900

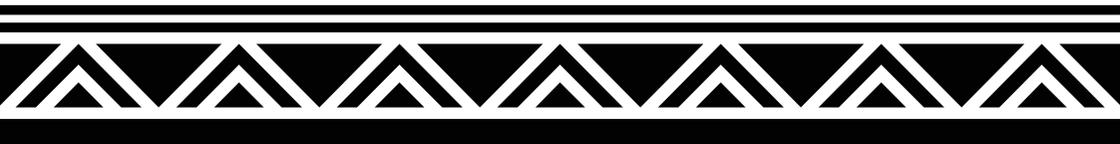
E-mail: nuer.ufsc@gmail.com

<http://www.nuer.ufsc.br>



Sumário

Apresentação	7
<i>Ilka Boaventura Leite</i>	
“Fique em casa” – a morada de isolamento na pandemia	11
<i>Turma de Práticas de Escrita do Semestre 2020 da UFSC</i>	
A COVID-19 em comunidades quilombolas no Espírito Santo.....	22
<i>Oswaldo Martins de Oliveira</i>	
A COVID -19 nas comunidades quilombolas em Santa Catarina	31
<i>Raquel Mombelli</i>	
Informe sobre a COVID-19 na Comunidade Quilombola São Roque.....	54
<i>Sílvia Regina Teixeira Christóvão</i>	
No ritmo das encruzilhadas: a dupla pertença dos membros da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Salvador, Bahia. .	63
<i>Raquel Santos Souza</i>	
Roteiro para encontrar futuros territórios	78
<i>Ilka Boaventura Leite</i>	
Sobre os autores e autoras.....	86



Apresentação

Ilka Boaventura Leite

O ano 2020 surpreendeu o planeta, alterou por completo o curso da nossa existência e milhares de palavras não expressam os nossos sentimentos: o medo, o temor, o desconhecido, a extrema vulnerabilidade e sobretudo, as perdas de amizades, parentes, os e as conhecidos e desconhecidos. Oferecemos esse número dos Cadernos a toda a gente que partiu..., como diz a letra da música.

O NUER, como parte da universidade, fechou periodicamente suas atividades presenciais, seus arquivos e suas formas presenciais de receber pessoas e ativar convívios, o que fazíamos de melhor. O vazio e a falta dos encontros, sobretudo do nosso já famoso Funzana, foi o comentário geral nos e-mails e contatos virtuais. Nossa casa física perdeu o calor dos encontros e o confinamento doméstico refletiu duramente nos nossos planos e sonhos. Apenas a atividade editorial prosseguiu, com a abertura do nosso canal no Youtube para os lançamentos dos nossos livros e periódicos.

Aliado a essa tragédia de grandes proporções, estamos vivenciando todos e os muitos ataques à educação e as políticas científicas, à saúde pública, aos direitos trabalhistas, às políticas ambientais, aos direitos fundamentais, sociais, políticos. Toda a vida se deteriorou de tal modo que a pandemia, por vezes, a tragédia da pandemia, pareceu menor em meio aos severos golpes de todos os tipos, aos ataques que nos aterrorizaram, nos enfraqueceram e avançaram sobre nossas esperanças e sonhos.

Mas os sonhos não envelhecem, como escreveu Marcio Borges sobre o Clube da Esquina.

No primeiro volume de 2020 priorizamos discutir os efeitos do ensino virtual e o ensino à distância (EAD). Neste segundo volume de 2020 optamos por abordar os efeitos da pandemia principalmente nas comunidades quilombolas. Começamos pelo ato de “ficar em casa”, reflexão feita com os estudantes do curso “Práticas de Escrita” em um ensaio coletivo e inaugural das atividades de ensino em um primeiro semestre do curso de antropologia feito de modo virtual. Imaginem um grupo de estudantes ávidos por frequentar a universidade e presos em casa, por vezes em uma telinha de celular! As oficinas de escrita ativaram o coletivo em uma tarefa de se distanciar, estranhar o isolamento, na escrita em várias mãos e mentes, em atos de criar ação sobre o caos – a criação!

Abrindo o tema do Caderno apresentamos as situações das comunidades quilombolas na pandemia no Espírito Santo e em Santa Catarina. Estreitamos os nossos laços com a importante produção de nossos pesquisadores Osvaldo Martins de Oliveira, Raquel Mombelli e Silvia Regina Teixeira Christovão que fizeram um panorama do enfrentamento em termos estaduais e locais. Esses três panoramas permitem compreender as consequências graves da deterioração das políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas, já fragilizadas pelos atrasos nos processos de titulações de suas terras conforme preceitos constitucionais e legislações complementares. O fim dos inúmeros programas sociais criados nos governos do Partido dos Trabalhadores foram drasticamente interrompidas e as ações afirmativas capazes de retirar essas populações da exclusão social e sua marginalização histórica, a negação de sua cidadania desde 1888, se agravou através das sistemáticas necropolíticas mais que centenárias para as declaradas e diretas ações, inclusive da Fundação Cultural Palmares, órgão criado para apoiar e valorizar as populações negras. Chegamos ao horror e ao genocídio e à resistência negra se fêz mais forte e necessária.

Apresentamos em seguida o artigo de Raquel Santos Souza sobre uma observação etnográfica realizada durante a festividade de Santa Bárbara na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Salvador, Bahia. Na festa os atabaques aparecem entrecruzados a outras formas de religiosidade católica, a exemplo da sacralização de Iansã, orixá feminino no Candomblé, na imagem de Santa Bárbara. A missa que normalmente reúne centenas de fiéis, excepcionalmente, no dia 4 de dezembro de 2020 em virtude da pandemia do COVID-19 contou com a participação de um número bem reduzido de membros, o que não impossibilitou a autora de fazer reflexões sobre esse momento e sobre as tensões ampliadas pela pandemia.

E por fim, fechamos esse número com o artigo de minha autoria, “Roteiro para encontrar futuros territórios” onde lanço algumas perplexidades sobre esse momento que estamos vivendo e apresento o conceito de “territórios de descarte” elaborado por mim para correlacionar destinos de populações negras em todos os lugares e tempos coloniais. Usando como exemplo o African Burial Ground National Monument, em Nova York, descrevo esse antigo território de sofrimento e morte que se desdobra em muitos outros, como este agora que vai desaparecendo com bibliotecas humanas inteiras, memórias, línguas, conhecimentos, culturas, pois sabemos que além dos indígenas, são os afrodescendentes que compõe maioria pobre e abandonada, a que vai pagar o maior preço da pandemia com suas vidas e culturas. Esses “territórios de descarte” integram uma arqueologia própria do desprezo pelas vidas negras. Revelam novos mapas da territorialização dos que só se tornam visíveis através da segregação, do racismo, do mais profundo ódio de classe que sobre eles recai. Territórios de descarte não desaparecem, suas marcas permanecem, como o do Rio de Janeiro, no antigo cais do Valongo, um cemitério de escravos funcionou entre 1769 e 1830 e recentemente passou a constituir um memorial chamado Cemitério dos Pretos Novos.

Amontoados pela pandemia esses corpos negros se inscrevem numa ecogeografia dos lugares reterritorializados pelo descarte de vidas humanas que são ignoradas ou, sabe se lá, até festejados como troféus pela política atual.

Trata-se portanto, de registrar em nossos Cadernos Textos & Debates, um momento trágico da nossa história contemporânea, uma forma de homenagear as/os que se foram, suas famílias e amizades, com empatia ativadora do sentimento de coletividade humana solidária, para nunca esquecer que é o afeto que nutre a obra da criação.

Uma ótima leitura!

“Fique em casa” – a morada de isolamento na pandemia

Turma de Práticas de Escrita do Semestre 2020 da UFSC¹

Introdução

Uma das frases mais ouvidas nos últimos tempos é: “Fique em Casa”. Essa expressão foi usada como o remédio para evitar e até fugir da contaminação, preservar a saúde e a vida. No entanto, pessoas que ficaram em casa também foram alcançadas pela pandemia, o que evidenciou que o vírus é muito mais perigoso do que as medidas de prevenção tomadas ou evitadas, por indivíduos, famílias, cidades e países. As estatísticas demonstram também que a maioria, ao acatar a recomendação e aos decretos públicos, protegeu-se e evitou a propagação da doença, o que diminuiu as perdas irreversíveis de vidas humanas e de riqueza material.

Uma das medidas consideradas eficientes para a redução da propagação do coronavírus, reconhecida por especialistas e órgãos internacionais como a OMS (Organização Mundial da Saúde), é justamente evitar e/ou reduzir aglomerações, o contato social e a circulação de pessoas em espaços públicos. Neste sentido, campanhas publicitárias e governamentais têm incentivado a população a ficar em casa.

1 Artigo escrito durante a oficina de Escrita do Curso Práticas de Escrita em Antropologia, Semestre 2020/1, UFSC. Argumento e orientação: Ilka Boaventura Leite. Elaboração e produção escrita: Ana Bárbara Dalla Lana Vieira, Ana Luiza de Bem Silva, Anandha Sala, David da Silva Anjos, Flávia Luiza da Silva, Gabriéli Luiza Steffens Knapp, Iago Bardança Hoffmann, Marcus Vinícius Martins da Silva, Pollianna Aparecida Alessio, Sofia Fleig Paludo de Abrantes Rodrigues, Vanessa Coan, Vitória da Silveira Alves e Vitória Olival.

A partir desse cenário, inicia-se uma reflexão e um questionamento que passa por vários aspectos: entre a casa e a rua, um muro e um mundo. Ficar ou sair de casa, uma escolha? Casa. Que casa é essa? De quem é a casa? Casa para quem? E quem não tem casa e nem escolha?

Entre negacionistas e defensores da saúde, a população encontra-se desorientada e desassistida. Enquanto um lado desvaloriza a ciência e argumenta dentro de perspectivas liberais sobre a necessidade de continuar trabalhando pela “estabilidade” da economia, o outro advoga pela preservação da vida através do isolamento, no entanto, esses dois discursos não são as únicas possibilidades dentro desse contexto de pandemia. Entre posicionamentos de esquerda e de direita com relação ao isolamento social e sua necessidade, temos uma população que não está preparada em vários aspectos para realizar a quarentena, que não tem apoio eficiente dos governantes e que pode enfrentar consequências severas caso não continue realizando suas atividades, como estudo, trabalho, etc.

Em uma reportagem feita pelo jornal *El País*, é mostrado como pessoas em situação de rua têm lidado com esse momento crítico e de extrema vulnerabilidade diante do coronavírus. Alguns grupos de mobilização solidária estão auxiliando com refeições, pelo menos uma vez ao dia, e com a higiene por meio da doação de álcool em gel, sabonete, entre outras coisas. Mas o que realmente toca na reportagem é o desabafo de Robson de Almeida, que afirma: “Eu sei que tô falando por todo mundo aqui. Hoje nós agradecemos que choveu e tá cheio de poça de água, e a gente vai ter acesso para lavar as mãos” (CASTOR; BARBOSA, 2020). A dificuldade do acesso à água impede que essas pessoas possam seguir, minimamente, uma das mais importantes e básicas recomendações previstas nos protocolos contra a COVID-19: que é a lavagem das mãos frequentemente, para não ocorrer a contaminação.

Enquanto nas ruas a luta pela sobrevivência segue por caminhos tortuosos, nas casas o que acontece? O que se passa nos corpos humanos mediados por telas em ambiente virtual de trabalho? Como essa experiência é vista por colaboradores privados e servidores públicos com possibilidade de fazer *home office*? O trabalho remoto foi recebido como um direito dos trabalhadores, possível diante dos sucessivos avanços tecnológicos e gerenciais das organizações. Talvez não tenha sido visto como um privilégio por todos os envolvidos, porque a responsabilidade para prestação de serviços necessários à população continuou e, em alguns aspectos, com um custo elevado e arcado para além das relações contratuais, sendo comuns falências de empresas, perda de empregos, cortes de salários e aumento da pressão por produtividade e capacitação. Por outro lado, houve sensibilidade manifesta diante das dificuldades de quem não poderia usufruir dos mesmos direitos, por meio de doações para instituições assistenciais e de apoios ao auxílio-emergencial.

O “fique em casa” deixou vulnerável os corpos à aspereza das linguagens escritas e lidas. Embora, com a constante atualização de dados, há perda de contato humano; sem a reciprocidade da presença física do outro, torna-se mais difícil amortecer as dores dos medos e compreender as novas dinâmicas laborais. As palavras são criteriosamente escolhidas, a fim de evitar tantas possíveis interpretações e consequências. Ninguém quer acordar nos *trending topics* ou perder o emprego. Os grupos virtuais de trabalho receberam profissionais de saúde mental, assim como equipes de capacitação on-line para aumento de produtividade e para atualização diante das novas tecnologias, das boas práticas e das mudanças sociais, cada vez mais céleres. As mensagens *offline* de colegas a respeito de trabalho chegam por comunicadores instantâneos ou por grupos de Whatsapp, a qualquer hora do dia. Existem momentos de festividade na convivência, de troca de experiências e impressões,

de burlas ao restringimento físico com auxílio da arte, da filosofia, da espiritualidade, de instantes com o poder de sumir com a sensação de vigilância e de exposição. Mas, tudo continua armazenado na rede.

São recebidos e-mails institucionais de que o trabalho se intensificou e que a realocação do ambiente laboral para casa gerou economia. Também são lidas notícias de pessoas que viajaram para curtir outros países, que relatam flexibilidade para cumprimento da jornada e melhoria da qualidade de vida com a proximidade familiar. Entretanto, muito mais comuns são os relatos de pessoas próximas e suas dificuldades em lidar com o acúmulo de atribuições num curto espaço físico e de tempo. Na tentativa de humanização do trabalho, são vistas palestras virtuais: qual *mindset* permite ao ser humano explorar seus potenciais e produzir mais e melhor em períodos de pandemia? Cansaço é o que muitos servidores públicos respondem sentir no início de um curso virtual.

Relatos

O que se passa pela cabeça de outros que tiveram a possibilidade de estar em uma casa ou algum lugar que puderam se abrigar? O que pensam? Qual é este novelo de linha que está se desenrolando em suas mentes ou sendo puxado vigorosamente? Esses fragmentos que são soltos em redes sociais, esses “pedaços” dessas pessoas, de onde saíram? Quem são elas? O que as perturba ou as alegra? Elas não estão somente dentro de espaços, mas dentro de seus pensamentos, memórias e conflitos que antes eram cobertos pelos fluxos de outras vozes, afazeres e relações que agora parecem estar mais à tona.

Ouvindo algumas dessas pessoas, nota-se a diversidade de percepções e situações vividas. São depoimentos em que os nomes foram trocados para preservar o anonimato.

Antônia, ao se confrontar com sua situação atual, relata:

Não acho que essa situação traga um momento de reflexão como vejo muito dizerem sobre os que podem estar em uma casa, ninguém decidiu se isolar por vontade, o momento que vivemos agora rasga a nossas relações, ele nos rasga e está consumindo muito de nós, não há nada passivo ou concedente neste momento. Mas penso como um conflito, silencioso, talvez não haja gritos aparentes, mas por dentro sinto que muitos estão fervendo, as doenças da mente e dores que estão dentro de nós, uma catarse coletiva.

Walter relata sua experiência desde o início do isolamento:

Desde o começo da pandemia, no dia 15 de Março de 2020, quando o lockdown foi realizado em diversas cidades de Santa Catarina, permaneci em casa, fiquei isolado de amigos e conhecidos, limitando o meu convívio social entre meus pais e a minha namorada. Achei que seria por um curto prazo esse isolamento, que logo voltaria tudo “ao normal”, não sei até que ponto eu realmente acreditava nisso, ou era só minha mente tentando achar uma situação confortável para se instalar. Tentava priorizar muito mais a minha saúde mental do que a física, entretanto, não pensando também no meu corpo, a minha mente era muito afetada. Dias, semanas, meses foram se passando e a rotina foi mudando, as noites passavam iguais há anos e os dias como um suspiro. Com isso passei a ver o meu em torno de uma forma diferente, aquilo que era “irrelevante” antes, por meio da correria do dia a dia, agora é mais perceptível, o canto dos pássaros, o crescimento da grama, a rua torna-se silenciosa e a mente barulhenta. O mundo tornou-se meu quarto, a minha casa, eu nada sei o que acontece com o mundo de fora e ele nada sabe do meu. O meu mundo acaba onde termina a minha janela.

Entre os mundos relatados por *Walter*, por sua vez, *Marta* volta-se para dentro de si e de seu espaço. O seu relato, dá continuidade às perturbações questionadas acerca daquelas que vivem a pandemia:

A sensação de pertencimento à nova cidade, somente me chegou na pandemia. Talvez, porque em toda minha organicidade, humanidade e futuro estado de putrefação, eu tenha me visto nela e ela em mim. O *pertencer* veio de uma fragilidade poética que em poucos segundos, dias, meses ou anos me arrebatou com uma consciência corporal de desespero. Virei concreto, parede, chão e janela. Os cinco sentidos se desnorream e as noções de espaço-tempo se perderam em um - aparentemente infinito - estranhamento. Moro em uma kitnet de 18m². À primeira visita, vazia, ela me parecia minúscula, mas agora, emoldurada pela dinâmica do meu habitar, eu a percebo grande. *Será que fui eu que encolhi?* O curioso dos devaneios acerca do espaço e de todas as suas proporções métricas, é que ele passou a se tornar muitos. Minha casa se transforma, vai de quarto à cozinha, de sala de dança a atelier de argila. São 18m² e já coube faculdade e trabalho em um mesmo dia. *Esse novo lugar, não é físico e nem palpável.*

O transpassar das fronteiras aos muitos lugares - comuns ao mesmo endereço - possibilitou a confusão entre o *fazer* e o *estar*. E, por vezes, me percorre essa sensação de não ter feito nada, embora eu tenha feito muito. Penso que minhas relações são mediadas pelo gatilho de que não saio do lugar. Me vejo presa no achar - agora distante - de que o *fazer* existe sob a condição de movimento, de trânsito e de saída. E, no fim, por mais que tenha abrigado um mundo inteiro dentro de casa, ela ainda assim permanece sendo a estática e permanente, casa".

Assim como *Marta, Clarice* reflete sobre sua condição socioespacial a partir do condomínio em que vive:

Várias relações se alteraram durante a pandemia, como por exemplo, as dinâmicas de convivência dentro de um condomínio. O que antes era cada um no seu quadrado, transformou-se em uma vida conjunta. Com todos isolados em seus apartamentos, tornou-se necessário ter muita paciência e compreensão. Mesmo tendo visto poucos dos meus vizinhos pessoalmente, sei que nossas vidas estão extremamente interligadas. Diariamente eu

escuto seus sons; já ouvi brigas, pedidos de socorro, elogios, músicas, conversas, cantorias, obras. E no grupo do *whatsapp* é um constante pedido de empatia. Por favor, preciso trabalhar. Quem mora no 308A? Tem uma criança chorando. Não aguento mais o barulho de furadeira, vai demorar muito? Além dos sons e escritos, há também os cheiros. Quanta comida gostosa é feita neste condomínio. Alguns moradores se conhecem há muito tempo, mas isso não fez com que eu, que me mudei no início de 2020, me sentisse menos acolhida".(AUTOR, data, p.).

Já *Silvana* direciona seu olhar para a percepção de seu irmão e as sociabilidades no contexto que o cerca:

Os bebês também sofrem com esse isolamento, eles que são curiosos e gostam de coisas novas, enjoam muito fácil dos brinquedos, das paredes que os cercam todos os dias. Às vezes pego meu irmão olhando fixamente para algum canto com uma cara emburrada e quando o chamamos ele só olha para nós e parece dizer: "É isso mesmo? Quando vamos fazer algo diferente? Já estou cansado". Então quando vamos andar de carro ele fica super animado, ele senta no colo com os dedos na boca e conversa com si próprio o caminho inteiro, esses dias o colocamos em cima de uma ovelha e ele só deu risada, é necessário achar outras formas para ele se entreter

Hugo expressa sua indignação diante da incongruência de algumas pessoas que integram seu círculo de relacionamentos, em não seguirem as recomendações sanitárias para diminuição dos contágios:

Em novembro de 2020 o mundo bateu o recorde de mortes em um dia por covid, e o que mais me espanta é as pessoas insistirem em repetir que o pior já passou. As praias estão lotadas, shoppings acumulando gente, e divulgação de festa todos os fins de semana. Quando entro no instagram tenho uma falsa sensação de que o covid é um passado distante e superado, vendo as várias fotos em festas e viagens, e o mais surreal é que as pessoas dessas fotos no começo da quarentena postaram "fique em casa". Em que momento as festas e viagens se tornaram mais importante que a vida? Isso me faz crer que essas pessoas nunca se importam realmente com a situação que o mundo enfrenta, e sim em seguir uma moda.

Ícaro reflete sobre as consequências do uso excessivo de equipamentos em atividades remotas. Será que viveremos uma overdose de virtualidade?

É interessante pensar nas possíveis consequências que essa presença virtual constante, em reuniões, aulas, atividades remotas de maneira geral, terá futuramente nas pessoas. Seja por uma possível perda auditiva pelo uso excessivo de fones de ouvido, ou problemas de visão acarretados pelo longo tempo de uso de telas, por um possível sedentarismo já que passamos muito tempo na frente delas, entre outros. Isso sem levar em conta as consequências para a saúde mental da população, (em especial as pessoas que já tinham problemas com sua saúde mental antes do início da pandemia), sendo elas pessoas "normais" ou profissionais da saúde, que acabam tendo uma relação mais conturbada com a casa, ou melhor, a ideia de casa, já que muitos acabam precisando escolher entre seu trabalho ou estar em casa, pelo medo de possivelmente infectar as pessoas próximas a eles".

Ficar em casa e a rua

O antropólogo Roberto da Matta descreveu em seu livro, *A Casa e a Rua* (1997), algumas ambiguidades ou situações binárias da cultura brasileira em relação aos significados dos espaços. Questões binárias são descritas, interpretadas e recriadas, revelam nossas concepções sobre as instâncias públicas e privadas, o de dentro e o de fora, o íntimo e o revelado. Nesse novo contexto, a casa se tornou um espaço público através das novas formas de interação social virtual, ganhou novos sentidos e significados. Portanto, novas questões devem ser lançadas.

Durante a pandemia, percebemos que as visões bipolares praticadas na política nacional, caracterizadas como esquerda e direita, fortaleciam-se nas crônicas jornalísticas como modos diversos e distintos de conceber e viver a pandemia. De um lado, um grupo atende às determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e de outro, há os que não somente param de dar apoio à OMS mas também convocam o povo à desobediência, além de ignorar os apelos dos organismos científicos internacionais, as universidades e a Ciência. O negacionismo poderá ter consequências desastrosas para a vida e a saúde das pessoas e do país e certamente ampliará o que já é uma tragédia.

A antropologia do espaço é um campo teórico que busca uma interpretação dos sentidos e significados da apropriação do espaço, como identidade, memória e construção social. Marion Segaud, no livro *Antropologia do Espaço – habitar, fundar, distribuir, transformar*, discute sobre como em um mundo marcado pela globalização é possível perceber a dimensão cultural dos territórios e a complexidade dos espaços, lembrando que “cada sociedade inscreve suas marcas e valores também nos modos de habitar” (SEGAUD, 2016, p.7). Esses modos de habitar mudaram

totalmente durante a pandemia. Agora não se trata somente de habitar mas de ter a casa como um refúgio por longa duração sendo a rua o lugar do perigo e da contaminação.

A antropologia é uma área científica que vem tentando ao longo dos últimos anos compreender questões caras para a ciência, mas que, de maneira geral, é entendida como o óbvio, o que está posto e que comumente não compreende questionamentos e reflexões. Essas obviedades que atravessam a história da humanidade é o que mais interessa para a antropologia. Nesse trânsito de tentar compreender o óbvio, tentamos entender o que existe de mais profundo, para além daquilo que os olhos veem e do que os humanos vivenciam.

A pandemia em curso revela o quanto é cada vez mais necessário o trabalho da antropologia por esse viés, expressando que para combater um mal coletivo que assola a saúde e a vida social das pessoas, é necessário, antes de tudo, compreender que mal é esse e qual sua representação para as pessoas, sociedades e culturas. Novos desafios interpretativos nos aguardam nesse trágico momento da nossa história.

Referências

CASTOR, Caio; BARBOSA, Leandro. Moradores de rua à margem da prevenção contra a Covid-19: “Lavamos as mãos nas poças quando chove”. *El País Brasil*, São Paulo, 20 de mar. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-20/moradores-de-rua-a-margem-da-prevencao-contra-a-covid-19-lavamos-as-maos-nas-pocas-quando-chove.html>. Acesso em: 24 nov. 2020.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo: Vozes, 1997.

GAZETA DO POVO. Isolamento social: gráfico mostra eficácia do “fique em casa” contra coronavírus. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24

de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/isolamento-social-casa-coronavirus/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SEGAUD, Marion. *Antropologia do Espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

A COVID-19 em comunidades quilombolas no Espírito Santo

Oswaldo Martins de Oliveira

O objetivo deste texto é analisar os efeitos da Covid-19 em comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo. Parte dos dados analisados são resultados da pesquisa desenvolvida pelo projeto “Africanidades Transatlânticas: cultura, história e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo”¹, sob a minha coordenação. O projeto é composto por pesquisadores das áreas de Ciências Sociais, História, Artes, Educação e Comunicação Social, e teve início em outubro de 2018.

De 01º de outubro de 2018 a janeiro de 2020, o projeto estudou as tradições culturais, as memórias dos mestres de saberes das comunidades quilombolas e realizou pesquisa em fontes documentais, bem como trabalho de campo em cinco dessas comunidades. A pesquisa de campo teve por objetivo identificar o acesso aos serviços de saúde, educação e trabalho, onde foram realizadas entrevistas com lideranças e professores/as quilombolas sobre as trajetórias de integrantes de suas comunidades a esses serviços e ao trabalho dentro e fora dos territórios. No que se refere aos pro-

1 O projeto foi desenvolvido de 01/10/2018 a 30/09/2020 junto às comunidades quilombolas e agrupamentos culturais afro-brasileiros no Espírito Santo. A pesquisa foi realizada por uma parceria celebrada pelo Termo de Cooperação 002/2018 entre a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A pesquisa foi regida pela Resolução n. 210/2018 e pelo Termo de Outorga 314/2018, e contou com financiamento da FAPES e SECULT. Foi registrada na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFES sob o n. 9278/2019.

blemas de saúde-doença, o projeto constatou que algumas doenças como hipertensão arterial, diabetes e problemas cardíacos eram os principais problemas compartilhadas por integrantes das comunidades quilombolas que, até então, vinham sendo estudadas.

O projeto teve continuidade até 30 de setembro de 2020. Em 17 de março de 2020 veio o isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19, e nós professores, que também somos pesquisadores, fomos orientados pela administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) a criar nossos planos de trabalho remoto. Dentre outras atividades como reuniões, ensino remoto, orientações e atendimento às demandas de estudantes, no meu plano de trabalho estabeleci dar continuidade à elaboração de relatórios e artigos a partir de dados obtidos pelo projeto de pesquisa supracitado.

Tendo em vista os problemas de saúde-doença constatados e acima referidos, a partir de 01^o de abril de 2020, parte da equipe do projeto sentiu a necessidade de dialogar – via telefone e redes sociais – com lideranças, professores, estudantes universitários e agentes de saúde dessas comunidades sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 e do isolamento social sobre a vida das famílias que estão nesses territórios quilombolas². Essa fase da pesquisa, que ocorreu nos meses de abril e maio, contou com colaboradores locais e atingiu 24 comunidades. Os diálogos ocorreram sob a orientação de um roteiro de questões denominado “saúde, rendimento e alimentação nos quilombos em tempo da Covid-19”, onde buscamos encontrar respostas para uma questão básica: Quais os efeitos da pandemia da Covid-19 e do isolamento social nos quilombos no

2 Embora o projeto “Africanidades Transatlânticas” contasse com uma equipe maior de pesquisadores, na fase de abril e maio de 2020, sobre a Covid-19, os seguintes pesquisadores participaram da pesquisa: Osvaldo Martins de Oliveira, Sandro José da Silva, Luciana Cruz Carneiro, Rosa Maria de Oliveira e Olindina Serafim Nascimento.

estado do Espírito Santo? A partir dos dados obtidos, um texto avaliativo desses efeitos foi escrito por Oliveira e Silva (2020).³

Após essa etapa, no decorrer dos meses de junho, julho e agosto de 2020, dei continuidade ao trabalho de acompanhamento e coleta de dados pelo painel Covid-19 do governo do estado do Espírito Santo (<https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>). Ao mesmo tempo, estabeleci diálogos com as lideranças e agentes de saúde locais sobre os dados que estavam aparecendo no referido painel e os efeitos sociais locais da Covid-19. No decorrer do final de dezembro de 2020 e início de janeiro de 2021, voltei a acompanhar e a obter dados pelo citado painel e a dialogar com as lideranças sobre tais efeitos nas comunidades. Após a atualização dos dados e diálogos para confirmar se os casos eram realmente das localidades, apresento o quadro número 01 com as comunidades atingidas. Existem casos como os da comunidade São Pedro, no município de Ibirapu, em que as lideranças afirmam que existiram 03 infecções locais, que inclusive uma pessoa chegou a ser hospitalizada em um hospital de referência no tratamento da Covid-19, mas, até o momento, o nome da comunidade não aparece no supracitado painel. Por isso, a comunidade São Pedro não aparece nos quadros 01, 02 e 03 abaixo, e podem existir outros casos que ainda não foram divulgados no referido painel.

3 OLIVEIRA, Osvaldo Martins de; SILVA, Sandro José da. A Pandemia da Covid-19 em Quilombos no estado do Espírito Santo: uma avaliação preliminar. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; MARIN, Rosa Acevedo; ALEIXO, Eriki. **Pandemia e Território**. UEMA Edições/PNCS, 2020, p. 613-634. Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/pre-lancamento-do-livro-pandemia-e-territorio/>.

MUNICÍPIO	COMUNIDADES	Nº DE FAMÍLIAS
Presidente Kennedy	BE	296
	C	
Itapemirim	G	566
Cachoeiro de Itapemirim	TB	61
	MA	198
Anchieta	SM	65
Vargem Alta	PB	148
Viana	A	250
Santa Leopoldina	R	90
São Mateus	DES	90
	SJ	57
Conceição da Barra	RD	80
	QN	120
Quilombos c/ casos confirmados: 13		Total de famílias: 2.121

Quadro 01 - Dados de comunidades e famílias atingidas

Além dos resultados referentes aos problemas de saúde-doenças acima citados, que são compartilhados por mais de 20 comunidades, a pesquisa realizada a partir de abril de 2020 alcançou resultados que evidenciam que os efeitos dizem respeito não apenas aos números crescentes de infectados e de óbitos apresentados nos quadros 02 e 03 abaixo, mas a um conjunto de outros que vem afetando às famílias quilombolas. Esses efeitos são: a) estagnação na comercialização de produtos da agricultura familiar, dos pescados (peixes e crustáceos) e de alimentos artesanais produzidos nesses territórios; b) perda de empregos formais e prestações de serviços informais como diaristas fora dos territórios; c) em função dos dois efeitos anteriores e da suspensão das atividades

escolares de crianças e adolescentes, ocorreram desequilíbrios nos orçamentos das famílias e, em alguns casos, ocasionaram insegurança e necessidades básica na alimentação.

Conforme se verifica nos quadros 01, 02 e 03, os efeitos relativos às infecções pela Covid-19, até 08/01/2021, atingiram 243 integrantes de 13 comunidades quilombolas do Espírito Santo, 13 dos quais foram atingidos de forma letal e 210 estão curados. Verifiquei que algumas comunidades, devido às proximidades com os meios urbanos, têm fluxos diários de pessoas circulando entre os seus territórios nos meios rurais e as sedes de seus municípios, por isso, tornaram-se as que têm as maiores quantidades de pessoas infectadas.

MUNICÍPIO	COMUNIDADES	Nº GERAL	SEXO		FAIXA ETÁRIA									
			M	F	0-4 anos	5-9 anos	10-19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60-69 anos	70-79 anos	80-89 anos
Presid. Kennedy	BE	38	12	26	01		02	10	09	08	07	01		
	C	07	03	04				01	03	01	02			
Itapemirim	G	102	44	58	01	01	08	17	19	22	14	09	09	02
Cacheiro de Itapemirim	TB	12	06	06				02	02	04	04			
	MA	01	01										01	
Anchieta	SM	14	05	09	01	01			02	02	05			02
Vargem Alta	PB	09	03	06				01	01	02	03	01	01	
Viana	A	37	18	19			02	11	07	03	07	03	02	02
S. Leopoldina	R	10	02	08		01	01	02	02	01	02	01		
São Mateus	DES	02	01	01					01			01		
	SJ	01	01						01					
C. da Barra	RD	07	04	03				04	02			01		
	QN	03	02	01						01			01	01
Quilombos com casos confirmados: 13		Total de infectados/as: 243												

Quadro 02 - Dados de atingidos por comunidade, sexo e faixa etária e confirmação por comorbidades

Algumas concepções fundadas no senso comum defendem que crianças não são infectadas pela Covid-19. Os dados dos quadros 02 e 03 ajudam a combater essas concepções, pois, como se verifica, só na faixa etária abaixo dos 09 anos idade temos 06 casos nas comunidades quilombolas do Espírito Santo.

No início da pandemia, uma das lideranças quilombolas entrevistadas compartilhou um áudio em um grupo de WhatsApp da comunidade “R”, solicitando que os parentes que vivem na cidade evitem visitar e realizar reuniões e festas familiares na comunidade para que assim preservem a vida dos mais velhos, visto que, conforme afirmou, suas vidas e saberes são os bens mais preciosos na comunidade. No entanto, apesar de a comunidade “R” não ter perdido nenhuma vida para a Covid-19, nem dos mais velhos e nem dos mais jovens, nas demais comunidades do Espírito Santo, é o que está acontecendo, pois das 13 pessoas que foram a óbito, apenas uma, que era cardíaca e diabética, estava na faixa de 40 a 49 anos, as demais, todas estavam com mais de 60 anos, constituindo-se, portanto, no extermínio das pessoas que ainda teriam muito a transmitir de memórias e saberes tradicionais dessas comunidades.

Quanto ao sexo das pessoas que foram a óbito, verifica-se que os homens estão morrendo mais, o que pode indicar que estejam demorando muito para procurar ajuda junto aos profissionais da saúde em hospitais. Por outro lado, as mulheres estão se curando mais, o que também pode indicar que elas procurem mais rápido os serviços de saúde.

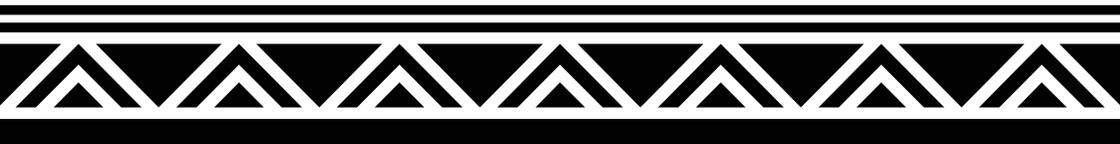
Das pessoas que foram a óbito, apenas um senhor, que estava na faixa etárias dos 80-89 anos, que era um mestre de saberes de jongo, não tinha nenhuma doença. As demais, eram portadoras de doenças cardio e diabetes, consideradas comorbidades para a Covid-19.

No entanto, o fato de a pessoa ter essas doenças não significa que irá a óbito, pois as muitas das que se curaram também eram portadoras de comorbidades como: cardio, pulmão, diabetes, obesidade e tabagismo.

MUNICÍPIO	COMUNIDADES	Nº GERAL	CONFIRMAÇÃO POR COMORBIDADES					CURA		ÓBITOS	
			Cardio	Diabetes	Pulmão	Obesidade	Tabagismo	Por sexo		Por sexo	
								M	F	M	F
Presid. Kennedy	BE	38	05	01	02	02	02	12	26		
	C	07	02	01		01		03	04		
Itapemirim	G	102	31	05	03	06		36	47	04	02
Cacheiro de Itapemirim	TB	12	02	01				06	05		01
	MA	01	01					01			
Anchieta	SM	14	02					04	09	01	
Vargem Alta	PB	09	01					02	06		
Viana	A	37	10	04	01	01		15	15	03	
S. Leopoldina	R	10						02	08		
São Mateus	DES	02							01		
	SJ	01						01			
C. da Barra	RD	07						03	03		
	QN	03	02						01	02	
TOTAL DE CURADOS/AS: 210											
TOTAL DE ÓBITOS: 13											

Quadro 03 - Dados de atingidos segundo a confirmação por comorbidades, cura e óbitos por sexo

Os efeitos apresentados pelos resultados da pesquisa dão conta da inexistência de políticas públicas que assegurem as condições mínimas que garantam a estabilidade dos meios de subsistência dessas comunidades, como territórios titulados, estímulo à produção de alimentos e garantia da compra dos seus produtos. A cada mudança de governo e crise que se instaura, as políticas públicas para essas comunidades parecem voltar ao ponto inicial, e os projetos de construção da autonomia produtiva dos territórios quilombolas requerem um novo começo. Por isso, segundo o que ouvi nos diálogos com as lideranças das comunidades quilombolas, embora as medidas assistencialistas de ajuda de custo e as distribuições de alimentos, como as que vêm ocorrendo pelas agências dos governos federal, estadual e municipais, possam ser necessárias para garantir que, em algumas comunidades, as pessoas não morram de fome, um projeto político de estabilidade e de autonomia produtiva torna-se urgente ser pensado pelas organizações locais, estaduais e nacional das comunidades quilombolas.



A COVID -19 nas comunidades quilombolas em Santa Catarina

Raquel Mombelli

Este artigo analisa o enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelas comunidades quilombolas de Santa Catarina, estado cuja propaganda oficial vende há décadas no país e no exterior a imagem de “Europa brasileira” e onde prevalece a tese da inexpressividade numérica dos negros e o papel menor desempenhado na história de um Sul “embranquecido” pela colonização europeia. Apesar deste contexto institucional, as comunidades quilombolas locais resistem e mantêm lutas de enfrentamento ao processo histórico de invisibilização¹, especialmente por meio da reiteração pública de sua vulnerabilidade social e econômica, a partir da publicação do Decreto 4.887/2003, que regulamentou o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Até este momento, início de 2021, Santa Catarina abriga oficialmente 17 comunidades quilombolas que possuem certificado de reconhecimento como “Comunidades Remanescente de Quilombos” pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e 11 comunidades com procedimentos administrativos para regularização e titulação das terras quilombolas aberto junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SC). Este número oficial é de fato irrisório: O Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC), organização social com atuação de mais de 40 anos em defesa dos quilombolas, estima que existam aproximadamente 200 comunidades no estado.

¹ Algumas destas situações foram identificadas como territórios negros pelas pesquisas realizadas pelo NUER entre as décadas de 1980 a 1990 e reapareceram como unidades sociais organizadas política e juridicamente neste contexto para acionar o direito quilombola, ver LEITE (1996) e MOMBELLI (2016)

Os dados apresentados neste artigo resultam da continuidade de um trabalho de monitoramento sobre os impactos da pandemia de COVID-19 nas comunidades quilombolas catarinenses, realizado desde março de 2020, cujos resultados iniciais foram publicados no livro *Pandemia e Território*². Em janeiro de 2021 foram atualizados os dados sobre ações, mobilizações e formas de organização das comunidades quilombolas para o enfrentamento dos efeitos da pandemia nos territórios, além de iniciar o registro do avanço das infecções e mortes causado pelo novo coronavírus. As informações foram obtidas por meio de entrevistas remotas, devido às restrições impostas pelas medidas de isolamento social e de combate a pandemia, com lideranças³ de comunidades certificadas ou em processo de regularização, representantes do MNU/SC⁴ e outras organizações sociais envolvidas com políticas de Segurança Alimentar.

Importante destacar que a pandemia ocorre em um ambiente sociopolítico hostil e de oposição à afirmação dos direitos quilombolas no país, especialmente pela posição do governo federal diante dessa questão. A sobreposição de eventos político-sanitários agravou significativamente a situação de vulnerabilidade em que se encontravam as comunidades quilombolas de Santa Catarina, quer pela progressiva paralização

2 A publicação reúne a colaboração de 120 autores nacionais e internacionais que relatam a diversidade de situações de ameaças aos territórios tradicionais tomadas pela disseminação do COVID-19. Ver Almeida (2020).

3 Foram entrevistados nesta etapa de pesquisa Edson Camargo (Quilombo Invernada dos Negros), Eliseu Pereira dos Santos (Quilombo São Roque), Luciane Pereira (Quilombo de Aldeia), Mercedes Machado (Quilombo Morro do Fortunato), João Carlos Mendes (Quilombo Ilhotinha), Lucídio Ravanello (representante da **Associação Estadual de Cooperação Agrícola** no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina –(CONSEA/SC) e Tânia Inês Solong (Ong Ação Cidadania).

4 Maria de Lourdes Mina (Coordenadora do MNU/SC) e Vanda Gomes Pinedo.



dos processos de regularização fundiária, quer pela precarização do acesso as políticas públicas, principalmente as de saúde.

Com a pandemia, o abandono das comunidades pelos poderes públicos local, estadual e federal foi escancarado, em níveis sem precedentes nas últimas décadas. Até o momento, fevereiro de 2021, nenhum plano contingencial de enfrentamento à COVID 19 para as comunidades foi elaborado e não há perspectiva que isto venha ocorrer no curto prazo. A hegemonia de uma deliberada disposição política antiquilombola dos que hoje exercem o poder político na esfera do estado gera efeitos aterrorizantes principalmente no que diz respeito à garantia da segurança alimentar das famílias quilombolas. Antes mesmo da pandemia ser declarada, em fevereiro de 2020, as comunidades quilombolas estavam às voltas com ausência das políticas públicas e a interrupção das distribuições de cestas básicas sem qualquer explicação ou previsão de retomada da política por parte dos poderes públicos responsáveis. Ou seja, a fome voltou rondar os quilombos, assustando tanto ou mais que a Covid 19.

Diante deste quadro, os esforços iniciais do MNU/SC e dos representantes das comunidades foi organizar campanhas humanitárias para atender de imediato algumas famílias quilombolas, já impactadas pela perda ou flexibilização dos precários vínculos trabalhistas e da redução da comercialização de seus produtos. foram montadas ações para pressionar os governos federal e estadual para o fornecimento imediato de cestas básicas. Apesar da crise sanitária sem precedentes na história do país, as comunidades continuaram a se deparar com os sucessivos e recorrentes obstáculos que restringem o acesso universal a política pública de combate a fome. O fato do INCRA estar em atendimento digital mostrou-se ineficaz uma vez que o acesso à internet pelas comunidades é precário ou inexistente. Neste contexto, em plena mobilização pela distribuição das cestas básicas, o MNU/SC foi interpelado pela Secretaria do Governo do

Estado⁵ e pelas prefeituras municipais com pedidos de informações sobre o número de famílias em cada comunidade, justificando assim as dificuldades de execução de políticas públicas específicas, por alegar desconhecer estes dados mesmo após duas décadas de políticas de regularização quilombolas acontecerem no estado. A imposição de condicionantes para receber as políticas emergenciais durante a pandemia também agravou a situação. Uma delas foi a exigência da existência de um Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Quilombola em plena pandemia. A título de exemplo, essa demanda burocrática inviabilizou a distribuição das 100 cestas básicas solicitadas pelo município de Santo Amaro da Imperatriz para as famílias pertencentes a Comunidade de Caldas de Cubatão.

Em outra frente para atenuar os efeitos da pandemia nos quilombos, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (CONSEA/SC⁶) questionou em junho de 2020 o entendimento da Fundação Cultural Palmares de que as comunidades quilombolas apontadas para receberem cestas básicas no estado não estavam identificadas entre as em situação de vulnerabilidade, conforme o Mapa de Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN)⁷. Este “equivoco” da FCP fez com que as comunidades quilombolas do estado não fossem incluídas na distribuição de cestas básicas pela Companhia de Nacional de Abastecimento

5 Trata-se do CEPA (Conselho Estadual das Populações Afro descendentes de Santa Catarina). Ver em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/cepa>

6 Ver sobre o CONSEA em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/consea>

7 https://www.sds.sc.gov.br/images/Conselhos/CONSEA/Of%C3%ADcio_31_-_Carta_resposta_Funda%C3%A7%C3%A3o_Cultural_Palmares.pdf

(CONAB)⁸. autorizada por meio da medida provisória⁹. Este fato levou o CONSEA a criar um comitê especial formado por representantes de várias instituições públicas, entre elas a DPU, DPE, MPF e MPE, voltado à garantir e agilizar a distribuição das cestas básicas para as famílias quilombolas mais vulneráveis. De fato, a distribuição das cestas iniciou somente em agosto de 2020¹⁰, ou seja, mais de seis meses após o início da pandemia, e somente a partir de pressões institucionais, principalmente do MPF, exigindo a autorização de transferência pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) de cestas excedentes nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Destaca-se o fato de que a atual gestão do INCRA/SC, apesar de todo o histórico de experiências da instituição na distribuição de cestas, recusou o convite para participar do Comitê justificando que o órgão trata de regularização fundiária e não de segurança alimentar¹¹. Essa

8 A CONAB é responsável por promover a segurança alimentar e nutricional e executar ações e programas de Abastecimento Social como: Atendimento Emergencial, Ajuda Humanitária Internacional, Doação de Cestas, Distribuição de Cestas e Vendas em Balcão. Ver em <https://www.conab.gov.br/abastecimento-social>

9 MMFDH em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e Fundação Cultural Palmares, aquisição, embalagens e distribuição de cestas básicas.

10 Segundo matéria publicado em junho de 2020 no site da CONAB¹⁴, 2.104 famílias quilombolas de Santa Catarina foram contempladas com cestas de alimentos, distribuídas para 13 municípios indicados pela FCP. Os benefícios contemplados seriam 680 famílias de Abdon Batista/Campos Novos; 170 famílias em Araquari, 20 famílias em Balneário Camboriú, 120 famílias em Joinville, 114 famílias em Paulo Lopes, 60 famílias em Porto Belo, 124 famílias em Praia Grande, 164 famílias em Santo Amaro da Imperatriz, 30 famílias em São Francisco do Sul e 42 famílias em Monte Carlo.

11 Resposta em https://www.sds.sc.gov.br/images/Conselhos/CONSEA/INCRA_Nota_Informativa_.pdf

posição é questionada pela representante do CONSEA , Vanda Gomes Pinedo, uma vez que “o órgão dispõe de estrutura, transportes e conhecimento das comunidades, podendo fazer tranquilamente a distribuição direta para as famílias”.

Com os atrasos e reduzido número de cestas básicas, o Comitê do CONSEA tentou mobilizar outros segmentos da sociedade, mas sem sucesso. O Programa Mesa Brasil do SESC foi um deles mas esbarrou em exigências impossíveis de serem cumpridas pelas comunidades. O acesso ao Mesa Brasil exige critérios de armazenamento e distribuição dos alimentos que, por exemplo, contemplem sala específica e selo de vigilância sanitária, estruturas incompatíveis com a realidade das comunidades, o que limitou a parceria para este fim. “Estes critérios são excludentes e absurdos, pois nenhuma comunidade tem condições de apresentar um selo da vigilância sanitária, uma sala nos padrões que eles exigem, então fica impossível, tudo vem para complicar”, avalia Vanda Gomes Pinedo.

Outras cestas de alimentos chegaram para os quilombos catarinenses em dezembro de 2020, por meio da ação direta da sociedade civil. Um grupo específico ligado a escola Frei Damião, do município de Palhoça, arrecadou 320 cestas de alimentos. A ONG Ação e Cidadania¹² do Rio de Janeiro enviou outras duas mil cestas, totalizando aproximadamente 2,5 toneladas de alimentos. “O que era para ser uma ação para um bairro específico, acabou se espraiando para outras regiões. Estas cestas foram distribuídas para famílias quilombolas de Praia Grande, Campos Novos e Fraiburgo e contavam com kit de higiene, atingindo 2.300 famílias de 12 a 15 municípios. As cestas básicas faziam parte da campanha Natal Sem Fome e garantiram que estas famílias passassem o Na-

12 Ação e Cidadania é uma ong criada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em 1993, formando uma imensa rede de mobilização de alcance nacional, com ações de combate a fome no país. <https://www.acaodacidadania.org.br/>

tal com um pouco de comida na mesa. Cada uma tinha 10 quilos de alimentos, feijão, arroz, fubá, azeite, sal, açúcar, bem básica mesmo”, relata Tania Inês Slongo, uma das organizadoras da ação.

Comparando-se as ações governamentais e as das organizações não governamentais para o combate a fome nos quilombos, até o final de 2020 elas tem escala e alcance semelhantes em termos de volume e distribuição de cestas básicas, o que demonstra mais uma vez a ação pífia do estado no combate a fome. Além disso, as cestas de alimentos contribuem para aliviar a situação das famílias, mas estão longe de suprir a necessidade nutricional mínima, quer pela quantidade recebida, quer pelas características dos alimentos distribuídos.

Segundo Lucídio Ravanello, representante do CONSEA/SC, o debate em torno da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional às famílias em situação de vulnerabilidade social é muito complexo porque envolve decisões políticas na distribuição dos recursos. Esta complexidade se acirrou com os efeitos da pandemia e as preocupações em torno da projeções de que a fome irá aumentar em Santa Catarina, apesar de este ser um dos maiores produtores de alimentos do país. Neste contexto, um relatório socioeconômico produzido por um comitê especial do CONSEA revelou que aproximadamente 107 mil famílias vivem em situação de vulnerabilidade social no estado, com renda inferior a R\$ 78 reais por mês. A partir desse dado, o debate e a elaboração de um projeto foi proposto ao governo estadual para a aquisição de alimentos produzidos pelos agricultores familiares e cooperativas agrícolas e distribuição às famílias mais vulneráveis. O projeto foi elaborado e aprovado pelo CONSEA e tem os denominados Programas de Aquisição de Alimentação (PAAs) como um dos mecanismos mais eficazes de segurança alimentar. Conforme o estudo, para atender todas estas famílias – que incluem 13 mil indígenas, 7

mil quilombolas, sem-terra em acampamentos e assentamentos e a população de rua – seriam necessários aproximadamente a disponibilização de R\$ 23 milhões por ano. O projeto está na Casa Civil do governo estadual para manifestação e ainda não há qualquer manifestação sobre a proposta, mesmo diante de uma evidente crise sanitária – e humanitária - que vai se prolongar por meses e colocar ainda muitos desafios pela frente.

Por fim, há outras situações de vulnerabilidade que afetam o povo negro que sequer entraram na conta apresentada até agora: é o caso dos povos de terreiros, não incluídos na distribuição das cestas básicas e que encontram-se com as casas religiosas fechadas, sem receber nenhum tipo de apoio dos poderes públicos.

Monitorando o avanço da COVID nos quilombos

Abandono é a palavra que melhor define a situação em que as comunidades quilombolas enfrentam os efeitos do Covid 19 em seus territórios. No fazer desta nova etapa de pesquisa no início de 2021, os representantes das comunidades de forma geral os relatos apontam que as primeiras notificações do avanço do vírus nas famílias quilombolas ocorreram principalmente entre os mais jovens, a partir do segundo semestre de 2020. As contaminações estão provavelmente relacionadas ao trabalho realizado fora das comunidades, em atividades ligadas ao turismo e a agricultura de terceiros, além das possíveis aglomerações e eventos sociais, sobretudo entre os mais jovens. A tabela a seguir apresentada uma síntese do número de infecções e de óbitos fornecido pelas próprias comunidades e pelo MNU. Saliente-se que o número de infectados registrados pode parecer baixo na maioria das situações. Entretanto, pondera-se que eles possivelmente estão subnotificados na medida em via de regra os quilombolas

fazem o teste de COVID 19, quer por dificuldade de acesso ao serviço de saúde ou pela impossibilidade de pagar pelo exame. O número de infectados, portanto, resulta da identificação pelos próprios quilombolas dos sintomas relacionados a doença e sua interrelação com a testagem positiva de uma pessoa em serviços de saúde. A lógica é “se o outro sente o mesmo que eu e tem o vírus, eu tenho o vírus”, validando a suspeição da doença em outros membros da família. Por isto, os números de registros de infecções nas comunidades quilombolas apresentados são evidentemente aproximados.

O que se pode perceber até o momento é o progressivo aumento do registro das infecções pelo vírus nas comunidades, principalmente a partir dos últimos meses do ano de 2020. Mas de qualquer forma, o monitoramento dos contágios permanece complexo se considerarmos os casos assintomáticos, a inexistência de testagens e qualquer controle sobre o tempo de isolamento adotado pelos infectados para evitar a transmissão. Entretanto, sabe-se que as comunidades adotaram por conta própria barreiras sanitárias, com restrições à livre circulação em seus territórios. Esta medida talvez tenha minimizado até o momento a rápida propagação do vírus. Com relação ao registro do contágios, é preciso ainda considerar que o dado concorre com os estigmas e discriminações atrelados ao pertencimento étnico-racial. Então, pode ocorrer a omissão da incidência do coronavírus nas famílias para evitar situações de estigma racial e de exclusão em torno da doença, além dos historicamente imputados aos quilombolas pela sociedades locais. Soma-se a este quadro, a precariedade de políticas públicas de saúde em muitas comunidades, que ameaçam as possibilidades de manterem o controle e disseminação do vírus num futuro próximo.

No geral o número de infecções e óbitos pelo COVID nos quilombolas catarinenses são relativamente baixos, com casos mais graves

concentrados em algumas comunidades. Entre todas as situações a mais significativa é a da comunidade quilombola de Ilhotinha, localizada em Tubarão, sul do estado. Lá foram registrados até o momento 70 pessoas infectadas e 10 óbitos em decorrência do COVID 19. Os expressivos dados podem estar relacionadas a vários fatores, entre eles a ausência de políticas específicas para a comunidade, somada as condições sócio econômicas e de trabalho das famílias vinculadas a atividades da indústria carbonífera. Segundo a liderança da comunidade José Carlos Mendes, as infecções podem estar relacionadas ao comportamento das pessoas com relação ao vírus, que tem banalizado a doença e seus efeitos e não tem seguido com tanto rigor os protocolos de proteção recomendados. Entretanto, ele também chama atenção para o fato de este número de casos ocorrer mesmo com a existência de uma unidade de saúde no seio da comunidade. Ou seja, a gestão das políticas de saúde do estado não impediu o alastramento da contaminação, deixando as famílias quilombolas expostas à morte.

Por outro lado, a pandemia tem radicalizado dispositivos sanitários aplicados de maneira violenta contra a comunidade, acentuando as dificuldades e o racismo vivenciado historicamente. A filha de 15 anos e o neto de uma mãe quilombola hospitalizada por complicações do COVID 19 foram retirados compulsoriamente da família e internados em um abrigo de menores pela Secretaria de Saúde de Tubarão. Estes atos foram realizados sem qualquer consulta à comunidade, nem mesmo sobre as possibilidades de abrigarem as suas próprias crianças. Esforços de mobilização levaram a organização de uma ação humanitária em prol da mãe hospitalizada, com a compra de fraldas e outras provisões necessárias, assim como recuperar o retorno das crianças para a

comunidade¹³. A situação da comunidade, incluindo o retorno da criança e adolescente, é objeto de procedimento administrativo¹⁴ aberto no MPF de Criciúma, que exige a implementação de políticas específicas de combate ao COVID pela prefeitura. Entretanto, com as eleições do ano passado, a nova gestão municipal não se manifestou com relação aos acordos sinalizados e a comunidade permanece sem suporte apropriado ao combate ao COVID 19.

Embora ainda em menor intensidade, o rastro de dor e morte do COVID é relatado em outros quilombos. Na região do meio oeste, o quilombo Invernada dos Negros, contabilizou 65 infecções, sendo 15 delas residentes na comunidade e 50 infectados que residem na cidade de Campos Novos. A maioria deles na faixa etária de 20 a 45 anos. Ocorreram cinco óbitos, todos de quilombolas que vivem na área urbana do município e tinham em média mais de 60 anos.

Com relação as outras situações, as contaminações foram relatadas como sintomas leves, não sendo necessária a hospitalização. Os casos registrados em Aldeia e Morro do Fortunato são exemplos disso. Segundo relataram as lideranças destas comunidades, as pessoas infectadas foram medicadas e outras trataram com o uso de remédios caseiros, como chás. Para impedir a contaminação dos membros das famílias os infectados ficaram em isolamento de 10 a 15 dias, conforme as orientações recomendadas. Algumas pessoas passaram pela triagem do posto de saúde e fizeram o exame da COVID 19. A maioria dos infectados estava na faixa etária dos 20 aos 45 anos. Não se registram infecções

13 Importante ressaltar a similaridade da prática da retirada compulsória de crianças e adolescentes das comunidades quilombolas sob a alegação de questões sanitárias antes da pandemia. O sanitarismo e o higienismo constam como argumentos do Estado na retirada das crianças no emblemático Caso Gracinha. Ver MOMBELLI e ALMEIDA (2016)

14 Procedimento n. 1.33.003.000471/2020-43

entre os mais idosos. Infelizmente não foi possível avançar na caracterização das vítimas e nas circunstâncias das letalidades, diante das limitações impostas à pesquisa. A seguir, apresenta-se um quadro organizado a partir das informações obtidas com representantes das comunidades e lideranças do MNU/SC, com o registro do número de infecções e de óbitos provocados pela COVID nos quilombos catarinense.

	Comunidade Quilombola	Município	N. de famílias	N. Pessoas	N. de Infectados	Óbitos	Ano Certificação FCP
1	Invernada dos Negros	Campos Novos/ Abdon Batista	300	800	65	5	2004
2	Campo dos Poli	Monte Carlo	30	150	0	0	2007
3	Morro do Boi	Balneário Camboriú	25	125	0	0	2008
4	Valongo	Porto Belo	36	150	ND	ND	2004
5	Vidal Martins	Florianópolis	31	155	0	0	2013
6	Morro da Queimada	Florianópolis	47	235	ND	5	*
7	Caldas da Imperatriz e Tabuleiro	Santo Amaro da Imperatriz	262	658	3	1	2010
8	Santa Cruz (Toca)	Paulo Lopes	57	285	8	0	2007
9	Morro do Fortunato	Garopaba	78	390	3	0	2006
10	Aldeia	Garopaba	82	410	11	0	2009
11	Família Thomaz	Treze de Maio	9	36	ND	ND	2007

	Comunidade Quilombola	Município	N. de famílias	N. Pessoas	N. de Infectados	Óbitos	Ano Certificação FCP
12	Tapera	São Francisco do Sul	20	100	ND	ND	2007
13	Itapocu	Araquari	40		ND	ND	2019
14	Areais Pequenas	Araquari	40		ND	ND	2019
15	Ribeirão do Cubatão	Araquari	25		ND	ND	2019
16	Beco do Caminho Curto	Joinville	40		ND	ND	2019
17	Ilhotinha	Capivari de Baixo	120	480	10	10	2014
18	São Roque	Praia Grande/ Mampituba (RS)	61	150	0	0	2004
19	Rosalina	Araranguá	35	175	ND	ND	*

Quadro 1 - Infecções e óbitos por COVID- 19 em comunidades quilombolas de Santa Catarina (certificadas ou em processo de certificação pela FCP)

Fonte: Pesquisa da autora a partir de dados disponibilizados no site da FCP e INCRA e consulta as comunidades e representantes do MNU/SC.

Obs.:*Comunidades aguardando manifestação da FCP ; ND – Dado não disponível

Desinformados sobre a pandemia

Sem acesso ao meios de comunicação digital e com precário acesso a tecnologias, as informações sobre as formas de cuidados e prevenção

ao contágio a COVID 19 chegam pelos noticiários locais e sobretudo pela manutenção de uma rede de comunicação estabelecidas entre os representantes das comunidades e o MNU. Com esta estrutura informal e voluntária as informações sobre a pandemia e os procedimentos e medidas de prevenção ao contágio vão sendo compreendidos e assimilados, conforme destacou Vanda Gomes Pinedo.

As comunidades sabem da pandemia pelos noticiários, todas as comunidades ouvem as notícias locais, nacionais, mas elas também nos procuram para saber mais informações. Então, o que nós temos feito, são gravações em áudio contendo informações sobre os cuidados e a necessidade do isolamento neste momento para conter o avanço do vírus para dentro das comunidades. Este material circulou pelos contatos.

A necessidade de produção de materiais informativos específicos para as comunidades quilombolas em meio digitais ou impressos permanece como uma demanda urgente ainda a se concretizar. Segundo Maria de Lourdes Mina, a Coordenadora do MNU/SC, “é preciso criar materiais didáticos, como cartilhas sobre a pandemia e os cuidados com a saúde, respeitando as especificidades de cada comunidade, com muitos desenhos. Isso seria fundamental para garantir a compreensão da situação pelos que não dominam. Também é preciso pensar ações direcionadas para a juventude quilombola, especialmente sobre a suspensão das reuniões sociais, encontros e festas”. Em muitas comunidades os jovens apresentam maior dificuldade em manter as medidas de isolamento social, provavelmente, pela ausência de informações e de um trabalho de conscientização para evitar estas aglomerações, pelo perigo de contágios e alastramento do vírus. Este comportamento tem gerado permanente tensões internas entre os jovens e as gerações mais velhas.

No quadro da pandemia, os conflitos sociais, os conflitos territoriais e outros problemas continuam e exigem a reinvenção das formas de mobilização social e política junto as comunidades. Este tem sido um grande desafio para o MNU, que diante da obrigatoriedade do isolamento social vem utilizando as redes sociais e de WhatsApp para manter os processos de comunicação ativos e de mobilização política e social. Entretanto, estes aparatos são estranhos às comunidades, acostumadas com encontros físicos, debates acalorados, reuniões e assembleias coletivas como espaços fundamentais de resolução dos problemas. A situação tem exigido esforços recorrentes à superação das barreiras tecnológicas e impostas pelo mundo digital às comunidades, bem como tem sido um desafio para o próprio movimento negro. Esta nova modalidade de mobilização política, forjada pelo isolamento social, tem causado uma certa “desconfiguração” nas tradicionais formas de trabalho realizado até então pelo movimento, conforme avalia Vanda:

A gente fica tão cansado porque a gente tem trabalhado em casa, e em casa é quase trabalhar sem hora, sem ter final de semana e você ainda tem que ter cuidado com a gente para a gente poder continuar contribuindo. Sem a presença física, é complicado de fazer este trabalho pois o nosso público quilombola não parte deste princípio da modernidade, não basta a gente ligar, falar da reunião. Eles querem a presença física, pois é isto que as comunidades estão acostumadas e é isto que os conforta, que os dá segurança e o que os estimula, é este estar no coletivo. Neste momento que não é permitido, eles também ficam bem perdido, é quase como se nós estivéssemos nos desfigurando (...) (informação verbal)

Nas dinâmicas digitais estabelecidas nas redes de comunicação entre o MNU e as comunidades prevalece a necessidade de acompanhar a situação nacional, manter os cuidados básicos de prevenção à saúde, principalmente, a medida de isolamento social e doméstico. Sem orientações e qualquer apoio do Estado,

as comunidades continuam a estabelecer seus próprios mecanismos de segurança e proteção ao conoravírus a partir de redes de articulação e solidariedade formadas entre as comunidades e parceria com o MN/SC, como esclarece Vanda Gomes Pinedo:

Não se tem uma política específica, este governo do estado de Santa Catarina nunca se preocupou enquanto política de governo com o desenvolvimento para as comunidades quilombolas. O que nós temos conseguido são ações isoladas nas secretaria, e isto não é uma política de governo, ter proposta para uma população que é grande e que tem amparo legal. Mas o governo não vem implementando nenhuma ação global para as comunidades. São ações isoladas, na educação, na Epagri, hora na moradia, tanto são isoladas que a gente num período não tem informação sobre as comunidades quilombolas e ficam nos procurando para ter informações assim como eles tem sobre as empresas, mas não tem sobre as comunidades quilombolas, periférica. O que a gente quer é que o governo venha colocar políticas específicas para as comunidade periféricas, ações específicas para estas populações. E é muito difícil construir estas ações. São movimentos sociais que estão fazendo estas ações, não os provedores de políticas sociais, como governo, e se torna extremamente difícil a gente conseguir alcançar ações que ajudem de fato as comunidades neste momento.(informação verbal)

Nas comunidades quilombolas mais próximas a área litorânea, por exemplo, onde as atividades comerciais são voltadas para o turismo, a sensação de insegurança e as ameaças de contágio se intensificaram. No quilombo Aldeia, localizado na entrada do município de Garopaba, região de praia, as famílias quilombolas sentem-se expostas e pressionadas, gerando permanente insegurança e medo. “A maioria trabalha na cidade e tem sentido esta pressão pela reabertura do comércio, forçando as pessoas a saírem do isolamento social, está uma situação muito difícil, pois 90% das pessoas da

comunidade são assalariadas e dependem disto para sobreviver, ao mesmo tempo temos muito medo do vírus entrar na comunidade e ser um estrago”, desabafa Luciana Pereira, representante da comunidade. “Nós não estamos recebendo nenhuma orientação sobre isto, é tudo por nossa conta, estamos fazendo o que sabemos pela televisão, pelos jornais e é só”, completa.

Outro efeito da pandemia nas comunidades é o impacto sobre as práticas sociais, culturais e rituais. Mercedes Machado, do Quilombo Morro do Fortunato, relata sobre o desconforto gerado no velório da quilombola tia Ondina, falecida no dia 22 de abril de 2020. Mesmo sem diagnóstico de COVID-19 ela foi velada com o caixão lacrado, imputando novas práticas rituais na comunidade. “O velório foi na comunidade, com o caixão fechado, e isto foi algo muito difícil. Nós tomamos todas as providências e cuidados, estávamos de máscaras, mas sem poder abrir o caixão e não poder ver o corpo da tia para nos despedir, nem colocar a roupa nela, nada, não deixaram a gente fazer nada, foi algo muito difícil para nós, é uma situação difícil”, relata Mercedes.

Exclusão digital e auxílio emergencial

Se o acesso à internet na maioria das comunidades quilombolas de Santa Catarina é precário, a disponibilidade de equipamentos de informática é ainda pior. E este fato agravou as possibilidades de acesso ao Auxílio Emergencial¹⁵, benefício criado pelo Governo Federal que prevê auxílio financeiro para as famílias em situação de vulnerabilidade social durante o período de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Sem estrutura ou orientação, o acesso ao benefício muito difícil para algumas comunidades. Eliseu Pereira dos Santos, liderança do quilombo São Roque, município

15 Benefício criado pelo Governo Federal, Lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020.

de Praia Grande, relatou que a primeira dificuldade enfrentada foi com relação a realização do cadastro. Mesmo com apoio de pessoas de fora da comunidade, a operação não foi bem sucedido em função da ausência de equipamento de informática,

Um grupo de estagiários da Psicologia da UFSC conseguiu fazer o cadastro de algumas famílias. Para outras famílias não porque estavam saindo muitos cadastros a partir de um computador e de um celular e isto fez com que num determinado momento tudo fosse bloqueado. E, diante desta situação, algumas famílias ficaram sem o cadastro. (Informação verbal)

Eliseu ainda buscou apoio junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para a realização dos cadastros, mas não pode contar com a disponibilidade dos técnicos em função do isolamento social. Ali também recebeu a informação de que “o presidente do sindicato rural estava dizendo que o cadastro emergencial iria prejudicar uma possível aposentadoria”, o que levou muitas pessoas da comunidade a desistir por medo de impactar a aposentadoria. “Eu mesmo não consegui fazer cadastro, pois o CPF não foi aprovado”, explica a liderança. Para ter acesso ao benefício é preciso ter conta em banco e CPF ativo e muitos quilombolas não se enquadram nestes regras.

No quilombo Invernada dos Negros, localizado entre os municípios de Campos Novos e Abdon Batista, o cadastro emergencial foi realizado sem muitos transtornos, segundo relatou a liderança Edson Camargo. Entretanto, a liderança destacou que a impossibilidade do benefício se estender para as mães menores de 18 anos. “Nós temos muitas mães adolescentes na comunidade que precisariam deste auxílio, mas ele não permite”. Edson destacou ainda a importância do acesso ao auxílio para minimizar a violência doméstica registrada na comunidade. “A gente tá vendo

esta questão da violência doméstica acontecer, não que não acontecesse antes, mas agora parece ter acontecido mais, e o auxílio poderia talvez amenizar um pouco esta situação”, avalia a liderança. Os efeitos da crise sanitária tem escancarado as desigualdades estruturais, mas também intensificado a violência doméstica por causa do isolamento e da falta de dinheiro.

A pandemia intensifica o racismo institucional

Próximo a completar um ano da pandemia do COVID-19, nenhum plano específico foi anunciado pelo Governo do Estado para combater o avanço da pandemia nas comunidades quilombolas de Santa Catarina. Enquanto isto, mesmo que nenhum registro oficial dos óbitos ocorridos nos territórios quilombolas, os dados obtidos contabilizam 20 vidas quilombolas perdidas até o momento. O aumento progressivo do número de infecções, registradas sobretudo a partir do final do ano de 2020 e início de 2021 indica que a pandemia avança rápido nos territórios quilombolas, apesar das barreiras sanitárias produzidas por conta das próprias comunidades. Ressalta-se que os registros de infecções e óbitos podem estar subnotificados devido à ausência de um plano de monitoramento mínimo das infecções, agenciamento do controle das testagens ou até mesmo, pelo fato de que os doentes podem nem ter condições de acessar o serviço de saúde, adotando práticas caseiras como uso de plantas medicinais e chás para tratar e cuidar da saúde. Algumas comunidades não relataram contaminação pelo COVID -19, algo interpretado como derivado das medidas caseiras adotadas pelas famílias da comunidade. A constatação de ausência de contaminação aponta para uma certa naturalização da doença e relaxamento das medidas de prevenção, justificada pela ideia de que “se o vírus não chegou até agora, não vai mais chegar”. Algo que mereceria ser

melhor investigado para compreender os sistemas de prevenção locais elaborados pelas próprias comunidades. Ao mesmo tempo que reforça a urgência da realização de campanhas permanentes de conscientização e informação sobre a pandemia diante de um quadro ascendente de contaminação em todo estado catarinense.

A situação tende a se agravar diante da recente constatação da não inclusão dos quilombolas no grupo prioritário do Plano de Imunização do Governo Federal e nem mesmo do Governo Estadual, apontando para as disputas que se seguirão em torno do acesso as vacinas. Esta parcialidade como estratégia política dos governos escancara as desigualdade estruturais e as graves violações de direitos humanos, entre eles o direito a saúde assistida, a educação emancipatória, a proteção à violências e o direito a morte digna. O evento de retirada compulsória das crianças quilombolas no contexto de crise sanitária acentuada pelo COVID-19 é um exemplo do retorno aos mecanismos de controle social e de dominação política vinculadas à saúde pública. A gestão da saúde, da higiene e da alimentação, da natalidade e da sexualidade se tornam objetos de controle de recursos, das perdas e ganhos políticos, instituindo um “território da política.”(ACEVEDO, ALMEIDA E ALEIXO , 2020: 35)

Em contexto como este registramos a precarização da vida dos quilombolas. Não há previsão para a distribuição de cestas de alimentos nem da continuidade ae ampliação do auxílio emergencial até o momento. O auxílio emergencial é um benefício fundamental para complementar a renda, garantir a alimentação, a aquisição de remédios e o sustento financeiro das famílias. Neste momento de crise sanitária, os processos de desigualdade social, econômico e étnico-racial tributários da escravidão se perpetuam e se tornam mais agudos com a pandemia.

Sequer a gravidade da pandemia rompeu a omissão histórica do governo federal, estadual e dos municípios onde estão os quilom-

bos. Não se reconhecem os direitos e a necessidade de se criar uma política de Estado específica para eles. O que se percebe é o recrudescimento do racismo institucional enfrentado historicamente, ora pela omissão do estado, ora pelas dificuldades impostas de acesso as políticas públicas. As ações esporádicas são pontuais e reativas: ocorrem a partir de algumas secretarias do estado, prefeituras e do MPF, quase sempre desencadeadas por denúncias e pressão das próprias comunidades e do MNU. Não há política, nem solidariedade ou compaixão. A pandemia avança e provoca efeitos graves na sociedade, é fato. Mas seus efeitos são escancarados em comunidades em histórica situação de vulnerabilidade como os quilombos.

Como avalia Vanda Gomes Pinedo, o combate ao COVID -19 veio para intensificar a luta contra o racismo e a discriminação no país:

Quando dizem que o COVID não tem cor, não tem sexo, não tem raça, não é verdade. O COVID não tem, mas o atendimento ao COVID tem. Ele tem sexo, ele tem cor, tem idade e tem localidade. E, pela fala do novo Ministro da Saúde, o Teich, ele tem até divisão geracional. É muito grave o que estamos vivendo porque para nós os idosos são o nosso maior bem, quem nos dá a experiência. Dizer que os idosos não tem valor é dizer que estamos liquidando os nossos arquivos ancestrais, que a vida não vale nada. (informação verbal)

Afora as questões emergenciais, superar o racismo institucional, os atuais e futuros desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas decorrentes da pandemia requer uma vacina disponível e muito eficaz: a retomada imediata pelo INCRA dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Somente a regularização assegura a preservação dos ecossistemas e biodiversidade dos territórios, importante mecanismo para a construção de barreiras biológicas consideradas fundamentais para o combate à disseminação deste e dos vírus que virão. A regulariza-

ção é a única política eficaz e permanente de preservar a vida e a natureza. Paralelamente, ações específicas urgentes precisam ser tomadas pelos que hoje governam o Estado para evitar que mais nenhuma vida quilombola seja perdida.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; MELO, Eriki Aleixo. *Pandemia e Território*. São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, p.33-78.

ESTADO DE SANTA CATARINA. *Decreto n. 535, de março de 2020. Altera o 525 de 2020 para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providencias*. Disponível em http://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DECRETO_535.pdf. Acesso em 6 de maio de 2020.

LEITE, Ilka Boaventura. *Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação*. IN: _____ *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*. Letras Contemporaneas, Florianópolis, 1996, p. 33-56.

MOMBELLI, Raquel. *Quilombos em Santa Catarina e dez anos do Decreto 4887/2003*. OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org). *Direitos quilombolas & dever de estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro : Associação brasileira de Antropologia, 2016, p.201-2018.

MOMBELLI, Raquel; ALMEIDA, Marcos Farias de. *Caso Gracinha: pele negra, justiça branca*. *Revista Nanduty*, v .4, n.5, p.171 a 195. Disponível em <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/5761>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MOMBELLI, Raquel. Territórios Quilombolas no sul do Brasil: flexibilização de direitos e re-existências. *ANAIS 18th IUAES Congresso Mundial de Antropologia*. GROSSI, Miriam Pillar; SILVA, Simone Lira (org). Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018, p. 5337-5354.

MOMBELLI, Raquel. Territórios Quilombolas em Santa Catarina frente à Pandemia do COVID-19. IN. ALMEIDA, Alfredo Wagner; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; MELO, Eriki Aleixo. *Pandemia e Território*. São Luís: UEMA Edições/ PNCESA, 2020, p. 769-794.

QUILOMBOS, Serviço de Regularização de Territórios. *Orientações sobre atendimento durante a pandemia (COVID -19)*. [Mensagem pessoal] mensagem recebida por: Serviço.quilombolas@fins.incra.br. , em: 1 de abr. 2020.

PASSO, Gésio.. Plano para comunidades tradicionais contra Covid 19 terá 4,7 bilhões. Rádio *Agência Nacional*, 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2020-04/plano-para-comunidades-tradicionais-contracovid-19-tera-r-47-bilhoes> acesso em 6 de maio de 2020.

Informe sobre a COVID-19 na Comunidade Quilombola São Roque

Sílvia Regina Teixeira Christóvão

As comunidades quilombolas se unem em uma temporalidade única: passado, presente e futuro, território, povo, ancestralidade. Carregam um histórico de resistências, lutas e ações para garantia e acesso de direitos. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais (Conaq), a palavra quilombo é originária do idioma africano quimbundo, sendo a população quilombola definida como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada de resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais¹.

Em nossa perspectiva entendemos o quilombo como elemento diaspórico, o quilombo não é uma resposta ao sistema escravista apenas, mas é também o direito de existir em toda a sua plenitude. A definição de Abdias do Nascimento (2019) corrobora com essa perspectiva: “quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 2019, p. 289, 290).

1 Quilombolas articulam estratégias e parcerias para proteger comunidades da pandemia da Covid-19. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/quilombolas-articulam-estrategias-e-parcerias-para-proteger-comunidades-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 12 jan./ 2021.

A Comunidade aqui mencionada é a do quilombo São Roque, situa-se entre os municípios de Praia Grande, Extremo Sul Catarinense e Mampituba, litoral norte sul-rio-grandense, em um espaço marcado por acidentes naturais de grande amplitude, nos limites da Serra Geral. A mesma ainda reivindica o direito étnico baseado na história de seus ancestrais, marcada principalmente pela condição de pessoas que foram escravizadas nas fazendas pecuárias dos campos de São Francisco de Paula Cima da Serra, Estado do Rio Grande do Sul.

O processo de titulação de posse de terras dos remanescentes do quilombo São Roque ainda encontra-se em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Porém, o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP) veio em 2004, que foi de grande valia, pois foi a partir da certificação da (FCP) que os remanescentes de São Roque passaram a ter conhecimento do conceito de quilombo, de remanescentes de quilombo e do que vem a ser um quilombola.

Nessa fase, com o advento do Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003², foram transferidas do Ministério da Cultura para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades quilombolas, assim como a determinação para suas demarcações e titulações. Embora o processo iniciado pelo (INCRA) ainda se arrasta no âmbito jurídico, porque ainda que não seja uma área totalmente particular, o território do quilombo encontra-se sobreposto aos Parques Nacionais (Aparados da Serra

2 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <https://quilombos.files.wordpress.com>. Acesso em: 20 ago. 2017.

e Parque da Serra Geral). Isso tem ocasionado limitações para os membros da comunidade, pois mesmo não tendo a oficialidade do direito da posse, estão assegurados pela Constituição Federal (1988)³, porém, não conseguem dar seguimento as suas rotinas de trabalho por conta desses empecilhos.

Com essa breve introdução sobre os quilombos, gostaríamos de pontuar como se encontra a comunidade quilombola de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em especial a comunidade quilombola São Roque. Ao longo do ano de 2020, a pandemia ampliou o quadro de vulnerabilidade em que vivem as comunidades quilombolas. A pandemia realmente estampou aquilo que todo mundo sabia: a estruturação do racismo. As barreiras são enormes e ainda encontramos muitas pessoas que minimizam os efeitos do racismo, mas sabemos que é a população negra que está morrendo em maior número, já morria e continuará a morrer mais ainda com a pandemia. Nas comunidades quilombolas isso também é uma constante.

Em Santa Catarina, assim como os demais Estados brasileiros o descumprimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 742, no Supremo Tribunal Federal (STF)⁴, evidencia as maiores dificuldades vivenciadas, atualmente, pela população quilombola no Brasil. É importante mencionar que elas não são sequer totalmente conhecidas e isso se dá, pelo fato de que hoje o governante brasileiro não possui nenhum tipo de monitoramento ou planejamento sobre como enfrentar a pande-

3 Conforme o artigo 68 da Constituição do Brasil, aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.

4 Quilombolas e partidos pedem providências para o combate à Covid-19 nas comunidades. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451577&ori=1>. Acesso em: 29 jan. 2021.

mia nos territórios tradicionais quilombolas. Cada comunidade tem enfrentado a pandemia conforme suas condições.

A comunidade quilombola São Roque encontra-se a 22 quilômetros do centro de Praia Grande - SC. Poucas casas possuem sinal de telefone e internet, ainda temos famílias sem energia elétrica em suas casas. Contam com uma agente de saúde que faz a visita de casa em casa conversando com os quilombolas e não quilombolas. Porém, com a pandemia essas visitas ficaram mais restritas, assim como a visita do médico na comunidade.

As informações sobre a pandemia, sobre o contágio, e como se prevenir foi trabalhado em sala de aula em março de 2020, pelos professores da Educação Escolar quilombola que lecionam na comunidade. Após o dia 17 de março de 2020, as aulas foram suspensas na comunidade.

A partir da suspensão das aulas, foi elaborado um levantamento nas comunidades de remanescentes de quilombos de Santa Catarina (SC), juntamente com o Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC). Os professores fizeram o levantamento nas comunidades de quantos alunos encontram-se no grupo de risco. Posteriormente, este documento foi encaminhado ao Secretário de Educação do Estado de SC, solicitando a suspensão das aulas por tempo indeterminado. Após considerar que a grande maioria dos alunos está no grupo de risco, o secretário encaminhou um decreto suspendendo as aulas no primeiro semestre de 2020.

No atual contexto, a comunidade quilombola formada por 32 famílias tem tido ainda mais dificuldade em receber informações seguras e acessar serviços básicos. Dessas 32 famílias, a grande maioria é composta de muitos idosos com mais de sessenta, sendo que alguns são diabéticos, cardiopatas e hipertensos.

Entendamos que o ponto fundamental para falar sobre comunidades quilombolas é a equidade. Porém, quando se fala em saúde, as iniquidades têm a ver com racismo dificultando ainda mais a equidade para esses povos. Outro fator que a pandemia impacta na comunidade, relaciona-se com a economia. Uma das bases econômicas da comunidade quilombola São Roque, é a agricultura familiar de autoconsumo, assim como o turismo de base comunitária. Este iniciou-se no final do ano de 2019. A pandemia impactou no modo vida da comunidade, pois os agricultores que vendiam o seu excedente para as escolas do município, agora veem seus produtos perecerem nas roças, não tendo como vender, o turismo de base comunitária também foi interrompido por medidas de segurança.

Por meio de orientações do Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Movimento Negro Unificado (MNU), da Associação Remanescente de Quilombo São Roque (ARQSR) e das Universidades Federal de Santa Catarina (UFSC) e Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), assim como dos Professores da Educação Escolar Quilombola, que atuam na comunidade, em função da pandemia, os estudos recentes apontam a importância e a eficácia nas medidas de afastamento social para o combate à Covid-19.

Assim, o prefeito municipal de Praia Grande - SC, senhor Henrique Matos Maciel decretou em 08/05/2020, a paralização das atividades turísticas, esportivas e religiosas na comunidade. Sendo que as atividades somente seriam retomadas quando consolidada uma maneira segura. Porém, não bastou o decreto, pois na comunidade habitam moradores não quilombolas, os “*de fora*” que continuaram com suas atividades, recebendo visitantes em suas propriedades, isso decorre pelo fato de que, grande parte das comunidades quilombolas no Brasil, que ainda hoje, não possuem a regularização fundiária de seus territórios, o título de suas terras. Essa realidade está presente na comunidade quilom-

bola São Roque. Tal fator tem dificultado e muitas vezes gerado conflitos ao tentarem garantir o controle de acesso de visitantes e de turistas em seus territórios.

O decreto foi elaborado, mas não foram pensadas alternativas para que as famílias que tinham essas atividades como fonte de renda pudessem se manter. Não é de entendimento das autoridades que as comunidades não são um “condomínio fechado, nas comunidades as pessoas vivem a coletividade” Gilvânia Silva (2020). A circulação é a característica do modo de vida, ir as casas, prosear, trocar informações, faz parte do dia, principalmente dos griots. Os griots têm um papel fundamental nas comunidades, no quilombo São Roque sempre são requisitados para acalantar e orientar na hora das dificuldades. O risco de transmitir para eles o vírus é uma preocupação, uma angústia que permeia os moradores.

Diante desse contexto, a comunidade está buscando estratégias de prevenção e discutindo medidas de proteção e cuidados básicos. As principais demandas são: o fornecimento de cestas básicas distribuídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o acesso à renda básica emergencial; kits de higienização feitos por meio de vaquinha solidária nas redes sociais.

Respeitando o protocolo recomendado pelas autoridades municipais de saúde, o isolamento se intensificou e, com ele, a dificuldade de adquirir alimentos não produzidos na comunidade, além de produtos de higiene – principalmente álcool em gel. Por isso, é ainda mais urgente o apoio às comunidades nesse momento de maior vulnerabilidade. Evidenciamos que não se teve um efetivo da secretaria municipal de saúde, que levasse a comunidade informações sobre a prevenção e quais as providências a serem adotadas em caso de contaminação.

Desse modo, no decorrer do final do ano de 2020, algumas famílias da comunidade, encontram-se com dificuldades para se manter, por conta disso precisaram reabrir as atividades do turismo de base comunitária, pois para algumas famílias essa seria a única renda para suprir as necessidades que a comunidade não pode suprir. Foi discutido e refletido na comunidade e decidiram pela reabertura com as medidas de segurança, feita por eles mesmos.

Embora a maioria da comunidade tenha decidido pela reabertura o MNU se posicionou contrário, pois essa medida acaba colocando a comunidade em maior risco, devido à entrada de turistas no local em que circulam os quilombolas, muitos deles irão lidar diretamente com esse público.

Entendemos que um aspecto em comum à questão da covid-19 ter chegado a essa comunidade é a ausência de ações do Estado e do município em favor desses povos. Se houvesse uma política pública para atender as populações tradicionais certamente não haveria necessidade dessa reabertura. Porém, o que se observa é que os velhos problemas enfrentados pela comunidade se agravaram com a pandemia. Já temos contabilizados alguns casos de infectados no quilombo São Roque, mas todos já recuperados, a comunidade aguarda ansiosamente pela vacinação. A secretaria municipal de saúde do município destacou que fez um levantamento do grupo de risco e que este serão os próximos a receber a vacina juntamente com a comunidade quilombola.

Sabemos que o Coronavírus agrava um cenário já bastante difícil, como menciona Givânia Silva. “As medidas são pensadas com olhar universal, mas na verdade esse olhar universal está mais do que provado que não atende as necessidades de grupos com processos históricos específicos, e com alto grau de informalidade”. (BRITTO, 2020).

Essa situação requer políticas públicas que reconheçam as comunidades remanescentes de quilombos e que estejam dispostas a ouvir as demandas diretas dessas populações. Precisamos pensar formas para enfrentamento da vulnerabilidade tanto no contexto desta pandemia, como para além dela, numa perspectiva que não seja autoritária, em que levaremos as respostas e as soluções. E sim, sentarmos com eles e refletir sobre quais medidas poderiam melhor se adequar a comunidade.

Referências

BRASIL. *Decreto n. 4.887*, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <https://quilombos.files.wordpress.com>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. *Constituição Federal do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRITTO, Débora. Quilombolas temem impacto do coronavírus e sofrem com descaso. *Marco Zero*. 15 abr. 2020. Disponível em: <https://marcozero.org/quilombolas-temem-impacto-do-coronavirus-e-sofrem-com-descaso/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

QUILOMBOLAS articulam estratégias e parcerias para proteger comunidades da pandemia Covid-19. *ONU Mulheres*. 14 set. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/quilombolas-articulam-estrategias-e-parcerias-para-proteger-comunidades-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 12 jan. 2021.

QUILOMBOLAS e partidos pedem providências para o combate à Covid-19 nas comunidades. *Supremo Tribunal Federal*. 11 set. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451577&ori=1>. Acesso em: 29 jan. 2021.

No ritmo das encruzilhadas: a dupla pertença dos membros da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Salvador, Bahia.

Raquel Santos Souza

Palavras iniciais

Respeitando os protocolos de segurança e de contenção à Covid-19, congreguei juntamente com os fiéis da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na primeira semana de dezembro de 2020, que se reuniram em menor número e seguindo as normas de distanciamento social da Organização Mundial de Saúde (OMS), diferentemente dos anos anteriores onde centenas de fiéis se reuniam para cultuar Santa Bárbara. A escolha do tema se deu em virtude da visita feita ao espaço religioso semanas antes e após observar a importância dos tambores (atabaques) e outras manifestações espirituais durante a missa que a diferenciava de outras já presenciadas. Tanto a metodologia usada para a realização do trabalho em campo, quanto a organização e registro desse texto se viram afetadas pela pouca interação com os congregantes por causa da pandemia. O contexto pediu que se mantivesse o distanciamento social até mesmo dos instrumentos e objetos manuseados durante a missa. Contudo, consegui travar diálogo com um dos membros da igreja que foi aqui chamado de Elesbão¹, algo que direcionou os interesses dessa pesquisa para as implicações da dupla pertença ao Catolicismo e ao Candomblé.

1 Pseudônimo dado em virtude da alegoria religiosa de Elesbão de Axum presente na igreja. Este teria sido rei no Império de Axum, na Etiópia, fundado no século I D.C.



Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Salvador, Ba.
(Arquivo Pessoal)

Introdução

*“Sem tambores a missa não bate
com a sensibilidade da gente”
(Elesbão)*

Essa foi uma afirmação feita durante a Missa de Santa Bárbara pelo teólogo Elesbão, irmão do Rosário que frequenta a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos há vinte oito anos. Para Elesbão,

a presença dos atabaques e de outras expressões musicais estão para além de mera manifestação estética ou entretenimento, pois esta articula símbolos identitários e de resistência originados a partir da diáspora negra no continente americano.

O teólogo, baseado em informações históricas, contou-me sobre a realização das primeiras cerimônias na Irmandade e os desafios das/dos escravizadas/os e libertas/os em organizar a diversidade étnica e linguística no local, isso, segundo ele, foi responsável por agregar particularidades à missa na irmandade. Segundo Elesbão, para que pudessem frequentar as missas os/as negros/as precisavam do cumprimento de determinadas ordenanças, a exemplo do batismo Católico. Tratava-se do ‘vestir-se’ das roupas cristãs, mas como veremos tal ‘adoção’ não esteve isenta de resistência e redistribuição de novos significados.

Pensando a finalidade dos ritos a partir de Victor Turner (1974, p. 118) podemos dizer que esse *liminar* do batismo era o marco exigido pela Igreja Católica que conferia aos africanos e seus descendentes a “mistura de submissão e santidade, de homogeneidade e camaradagem”. E, em se tratando de diáspora negra no Brasil, o batismo, acrescenta João Reis (2003, p. 316), simbolizava “a trágica passagem da posição de africanos para a de escravos”.

Segundo Jaime Sodré (2019, não paginado),² “A construção da Igreja se deu por iniciativa coletiva de escravos que faziam os trabalhos durante a noite, uns carregavam pedras outros tinham experiência de fazer objetos de barro, outros eram pedreiros e foram eles que fizeram por iniciativa própria a construção da igreja”. De acordo com Reis (2003), a criação de igrejas, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, tinha por objetivo

2 A arquitetura - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DcBq3KwDUtM>

congregar a população negra que estava impedida de frequentar os espaços religiosos destinados aos brancos.

Em todo o país podemos encontrar essas irmandades religiosas reservadas aos africanos, temos outro exemplo dessa instituição no município de Olinda no Estado de Pernambuco, que estava fechada na ocasião da visita em 2018. Conhecida como a Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a Irmandade foi fundada em 1627 e segue em funcionamento até o presente.



Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos
(Foto do Arquivo Pessoal)

Essas irmandades passaram a ser usadas como locais de encontro e, segundo Reis (2003, p. 331), “Se tornaram ambientes ideais para o florescimento de associações étnicas ali constituídas e viviam em profundidade, embora sem exclusivismo absoluto”. Carlos Ott (1968) relatou a dificuldade da população africana e seus descendentes em dispor de espaços para se reunirem, tendo em vista a proibição de circular à noite sozinhos ou em grupos, restando-lhes as irmandades.

Sobre isso, registra Ott (1968, p. 120):

A maioria dessas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, reservadas a pessoas de cor, funcionavam, porém, em altares laterais de matrizes ou de igrejas conventos. Não tinham salas próprias para as suas reuniões; sempre se sentiam observados. Já estavam cansados de verem atrás de si, durante a semana toda, a fisionomia de um feitor; queriam ver-se livres dos olhos vigilantes de um fiscal, ao menos no domingo. Por isso, o sonho de cada irmandade desta gente de cor era conseguir capela própria para não serem fiscalizados em suas reuniões e poderem conversar à vontade.

A partir do trabalho de Ott observamos que, por diversas vezes, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos se viu violada pelo poder público de sua época para atender aos interesses das elites locais que tentavam retirar os/as negros/as do local. Porém, essas tentativas de apossamento da igreja ou de destinar o espaço para o uso desses não obtiveram êxito, e essas irmandades seguiram cumprindo com sua finalidade.

Os africanos e seus descendentes, esses últimos somados eram a maioria dos congregados, ainda que fossem batizados na Igreja Católica, preservaram seus nomes étnicos porque ao fazerem isso acreditavam ser possível “reter uma parte importante e muito sig-

nificativa da memória e identidade pessoais” (REIS, 2003, p. 316). Sobre o batismo, que segue como um cumprimento religioso exigido, ainda nos dias atuais, Elesbão acrescenta que isso se dá sem “jamais se esquecer da nossa identidade e da nossa cultura que é importante para a gente. Nós somos Igreja Católica pertencemos ao Vaticano, mas também nós temos determinadas característica”.

Essa narrativa de Elesbão sobre o batismo e outros trechos de suas falas sobre a formação e particularidades da irmandade não se tratam de informações alheias e distante ao próprio interlocutor, ao contrário, em seu relato este parece se posicionar como partícipe dos eventos, mesmo que isso tenha ocorrido séculos atrás. Isso faz com que os eventos sejam descritos por ele de forma tão viva quanto os detalhes de uma pintura em tela a sua frente sendo observados.

Isso porque, assim como um rito, narrativas como a de Elesbão parecem “conectar a atenção, na medida que fornece um quadro, estimula a memória e liga o presente a um passado pertinente” (DOUGLAS, 1976, P. 51). Para Leda Martins (2003), isso é encontrado com bastante frequência em performances afro-brasileiras ritualísticas, que muitas vezes partilham da “criação de suplemento para cobrir vazios e sujeitos que se reinventam, dramatizando a relação pendular entre lembrança e o esquecimento, origem e sua perda” (MARTINS, 2003, p. 71).

Em virtude da proibição de cultuar os deuses africanos, essa população e seus descendentes se viram impelidos a apropriar-se desse espaço de modo a tornar família a missa, os cantos e suas alegorias, a exemplo de Oyá (Iansã), Orixá feminino no Candomblé, através da alegoria de Santa Bárbara. Isso pode ser explicado, uma vez que, a eliminação de um ritual pode resultar na sua aparição em outras formas, segundo Mary Douglas (1976).

Forjando uma fé de encruzilhada



Foto: Santa Bárbara (Fonte: Internet)

Dos sentidos dado a palavra Forjar segundo o dicionário Priberam (2020), ficamos com seu uso na proposição de inventar ou imaginar algo, intencionalmente, usado para se referir a fé dessa população nascida livre mas que foi submetida à escravidão. Haja vista, o contexto de “sistemáticas repressão social e cultural da memória africana transladada para os territórios americanos por via da diáspora circum- Atlântica e por outras rotas e contatos transculturais e transnacionais” (MARTINS, 2003, p. 69).

Encruzilhada é o nome dado a esse lugar terceiro que foi criado para interpelar o universo católico e a religiosidade africana, segundo Martins (2003). Esse seria o "princípio de construção retórica e metafísica um operador semântico pulsionado de significância, ostensivamente, disseminado nas manifestações culturais e religiosas brasileiras de predominâncias nagô e naquelas matizadas pelos saberes bantos" (MARTINS, 1997, p. 28).

Por isso, as irmandades como Nossa Senhora do Rosário dos Pretos matizavam expressividades dos terreiros de Candomblé. Para Carlos Ott (1968, p. 125), isso casava com o desejo de seguir exercendo práticas comuns: "Queriam um terreiro fechado, um craal africano para ouvirem as palavras de seus maiores e para falar aos outros quando chegasse a sua hora. Queriam seu candomblé, embora por fora apresentasse as formas de uma Igreja Católica."

É possível observar como os membros convertem o próprio corpo em instrumento de adoração ao serem conduzidos pelos toques dos atabaques, bem como, acontece nos terreiros de Candomblé. De modo que o corpo assume um caráter relacional com os atabaques, pois tem o movimento quase que ditado pelo instrumento.

Mesmo durante a pandemia a missa ocorreu na congregação como de costume, seguindo as normas de distanciamento social da OMS; contudo, ainda assim foi possível observar a movimentação dos fiéis no corredor da igreja, em poucos instantes este foi tomado por rodantes que se dirigiam até o altar. Diferentemente dos terreiros organizados circularmente, a irmandade mantém-se estruturada como habitualmente costumam ser as igrejas Católicas, o que não impediu que o corredor que divide a igreja fosse ganhando por fiéis que se dirigiam ao altar de Santa Bárbara, mas nos corpos os membros traziam os gestos de *Iansã* e na boca a sua saudação: "Eparrei Oya".

Na galeria da igreja estavam os atabaques e os cantores da missa. Nos terreiros, os atabaques são instrumentos cruciais à adoração dos Orixás, pois segundo seus praticantes, é possível chamar os deuses à terra a partir de específicos toques (CORREIA, 2014). Para nosso interlocutor Elesbão, os instrumentos de percussão ali usados são responsáveis por matizar os sentimentos de tristeza e de alegria.

Mesmo afastados dos membros, os atabaques ainda exerciam sua importância e influência nos corpos durante a missa. Isso porque, se observamos o contexto no qual se inserem e na qualidade de “objetos performados não vem sozinho, trazem consigo modos e modulações de outros objetos” (ROQUE, 2008, p. 12). Em homenagem a alegoria de Santa Bárbara os fiéis vestem-se com as cores referenciais de Iansã (Oya), o vermelho e o rosa assim como cozinham acará e caruru em oferenda (SANTOS, 2019). Segundo Vagner Santos (2019, p. 27), “Nos terreiros de Candomblé, ela [Oya] é homenageada com acará (bolinho de feijão fradinho frito no azeite de dendê).

Esses aspectos da missa na Irmandade do Rosário dos Pretos fazem com que essa fosse considerada *inculturada* por Elesbão. Buscando sobre a definição de ‘inculturada’, nunca antes escutada, encontramos os estudos do teólogo Abreu (2006, p. 84) para quem a nomenclatura “Trata-se de um termo típico do linguajar teológico e de recente utilização no discurso missiológico”. Em seu sentido mais amplo:

A proposta de inculturação não é uma situação tática da ocupação forçosa da casa do outro por pedido de hospedagem. Não é a situação estratégica do discurso autoritário pelo diálogo. É uma metodologia missionária com estreita vinculação com os mistérios centrais da fé (encarnação/salvação). A inculturação, antes de ser uma questão de eficácia e autenticidade missionária, é uma questão antropológica e um “direito humano” da parte dos povos que acolhem o Evangelho. (ABREU, 2006 apud SUESS, 1990, p. 380).

Ainda que a definição da proposta de inculturação sugira respeito para com a cultura dos indivíduos e suas particularidades locais, é difícil acreditar que seus empenhos estejam destituídos de intenções de conversão à moda tradicional, digo isso, em virtude dos séculos de guerras santas e declaradas em prol do Evangelho. Todavia, para nosso interlocutor o termo parece não despertar tais problemas, e como vemos o termo se adapta a realidade dos Irmãos do Rosário, conforme acrescenta ele:

Missa inculturada é uma missa onde a gente utiliza instrumento de percussão que é muito importante para gente e a gente sabe que em África os atabaques a percussão eram fundamentais, eram símbolos de comunicação, símbolos de alegria e de tristeza também. Então a gente usa porque é um sentimento para gente. Missa inculturada é uma missa de resistência. Fala-se que é a missa do candomblé, mas na verdade não é. Apesar de muitas pessoas terem dupla pertença, aqui é igreja. Eu tenho. Eu sou do Candomblé. Sou ogã. Ogã é como um administrador dos terreiros nas roças de candomblé, eu toco. Tem várias especialidades de Ogã. Ogã de toque, alabê, de corte, tem várias especialidades. Na verdade é uma resistência esses tambores, esses atabaques, esse som, essa missa inculturada, mas aqui nós somos Igreja Católica. Tentaram já modificar [a missa], chamaram de missa do candomblé, mas não é. Aqui é uma Igreja Católica. Apesar de ter dupla pertença, a gente tem que saber separar. Aqui eu sou igreja. Não esquecendo minha identidade como negro. Não esquecendo a minha identidade e a minha cultura. Eu tenho que respeitar o espaço. Lá na roça eu sou candomblé, eu sou Ogã. Mas tem que saber respeitar. (ELESBÃO, 2020).

A fala de Elesbão sobre a missa se desdobra a partir do ‘duplo’ que se manifesta, segundo o interlocutor, pela dupla pertença ao Catolicismo e ao Candomblé, o fiel garante que isso se dá sem a exclusão de uma pela outra na cooperação entre ambas. Inere Elesbão que ao assumirem essa *dupla religiosidade* isso lhes

permite 'ser roça sem deixar de igreja, e ser Ogã sem deixar de pertencer ao corpo de membros da Igreja'. Desse modo, os fiéis, como Elesbão, acreditam romper com a polaridade criada pelo Catolicismo, e as dicotomias como Evangelho versus paganismo.

Quiçá, definiria o ritmo dos atabaques como marca do compasso *dessa e com* 'vivência'. A palavra 'vivência' é usada para evitar o uso da palavra 'convivência', posto que a primeira se refere a ação de quem vive, e a segunda implica vida em comum, contato diário. Por entender que o desejo de vida em comum, isso quer dizer, adesão pacífica à condição de cristão para a minimização de conflitos era de interesse das elites escravistas, que assim visavam a supressão da diversidade étnica e linguística no país, e não dos escravizados/as forçados/as a essa condição. Por outro lado, para os africanos e seus descendentes o acesso àqueles espaços e as horas que passavam reunidos estavam destinados à ação de 'viver' por projetarem para si um terreiro, como disse Ott.

Falas como as de Elesbão confirmam ainda mais o que Joan Scott (1999) disse sobre a experiência ser algo resultante de uma história do sujeito, ao sugerir que os irmãos do Rosário têm experimentado na prática essa encruzilhada religiosa. Isso porque, segundo Joan Scott (1999), as teorias históricas não problematizam como as experiências são formadas e nem o local dos historiadores nessa teorização. Na opinião de Scott (1999), isso tem separado a linguagem usada e a experiência vivida, o que converge na reprodução de uma história convencional repleta de exclusões. De modo que é possível observar que nos relatos de Elesbão a experiência acaba por constituir os sujeitos, que reconhecem na linguagem o local onde essa história é encenada (SCOTT, 1999).

O som da sensibilidade

A definição de *objeto de arte* modificou-se à luz da ruptura com as ideias evolucionistas do século XIX, segundo Bonte e Izard (2020, p. 94), existia uma distinção entre as artes do ponto de vista etnocentrista que dividia o europeu e as demais. Isso explica porque, entre as narrativas, Elesbão recorda-se de um episódio onde um padre recém-chegado a irmandade tentou remover a percussão dos atabaques para incorporar o ritmo dos cantos gregorianos. O que aconteceu mostra que nem sempre as lideranças religiosas que chegavam ao local compreendiam o sentido histórico, cultural e religioso dos atabaques, e da missa como um todo. Na ocasião da missa do dia 04 de Dezembro de 2020 havia um padre senegalês, este se dispôs a conversar após a missa, contudo, já era tarde e eu precisava encerrar a visita.

Elesbão acrescentou que isso não foi uma cena isolada, tendo visto que ataques similares já aconteceram à irmandade. A tentativa de embranquecimento da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos apenas confirma o que Nancy Fraser (2006, p. 235) inferiu sobre o racismo e o eurocentrismo, no que diz respeito, a dar privilégio aos aspectos que se associam com o “ser branco”. Por isso, convém observar o racismo como resultado de estruturas políticas e econômicas, onde a construção de indivíduo “negro/branco” tem se sustentado (HAIDER, 2019).

“Pode até acontecer, mas não é o nosso dia a dia, não é coisa nossa. Não bate com a sensibilidade da gente”, diz Elesbão sobre as furtivas tentativas de trocar os atabaques por cantos gregorianos. Podemos dizer, com isso, que se existe um parâmetro para definir os aspectos estéticos e religiosos no contexto da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, esses estão forjados na história anterior a própria irmandade.

Palavras finais

Em resumo, esse texto buscou trazer alguns apontamentos da visita feita à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no dia da festividade de Santa Bárbara, em um contexto tão peculiar quanto desafortunado por causa da Covid-19. O distanciamento social somado a ausência de dezenas de fiéis conferiram a missa um aspecto mais contido, contudo, não menos salutar à saúde espiritual dos membros que compareceram de vermelho para rememorar Iansã na alegoria de Santa Bárbara. Grosso modo, notamos a importância dos objetos que compõem a cerimônia, agregando relações e emoções, pois também podem contribuir para o modo como as pessoas se relacionam e existem no mundo (LAGROU; PIMENTEL, 2009).

Para fiéis como Elesbão, essa fé de encruzilhada é a responsável por congregar os divergentes, uma vez que os atabaques e outros artefatos não apenas os religam com o sagrado de modo a deixar confluir suas experiências e emoções, mas presentificam memórias e aspectos da vida anteriores ao horror da escravidão. Para Elesbão, católico e ogã nos terreiros, o som dos atabaques não dava somente o ritmo da missa no elo com os deuses africanos em subversão ao regime escravocrata, mas o compasso da dupla pertença, onde ser católico e candomblezeiro é possível. O ritmo da encruzilhada ao som dos atabaques era aquilo que ditava o ritmo da vivência do duplo para Elesbão.

Referências

CORREIA, Paulo Petronilio. Corpo-Transe no Candomblé: performance e cotidiano. *ARTEFACTUM-Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia*, v. 8, n. 1, 2014.

ABREU, Pe Paulo de. Pressupostos para uma experiência evangelizadora inculturada. *Revista de Cultura Teológica*, n. 57, p. 75-90, 2006.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo (São Paulo 1991)*, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Trad. Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.

LAGROU, Els; PIMENTEL, Lucia Gouvêa; QUINTAL, William Resende. *Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação*. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá*. Mazza Edições, 1997.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo e da memória: os congados. *O Percevejo- Revista de Teatro, Crítica e Estética*. Rio de Janeiro, v. 11, p. 68-83, 2003.

MARY, Douglas. *Pureza e perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

OTT, Carlos. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. *Afro-Asia*, n. 6- 7, 1968.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Vagner José Rocha. O acará de Iansã na festa de Santa Bárbara. *Revista Ingesta*, v. 1, n. 2, p. 26-37, 2019.

TURNER, Victor. *Liminaridade e communitas. O processo ritual*. Petrópolis, Vozes, 1974.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

Roteiro para encontrar futuros territórios*

Ilka Boaventura Leite

O script da subnotificação

Só hoje, dia vinte de julho de dois mil e vinte, temos oficialmente oitenta mil pessoas que desapareceram, silenciadas em meio a essa tragédia brasileira de proporções nunca vistas; antes mesmo do vírus desembarcar por essas terras, o ex-deputado, hoje presidente, chegou a anunciar que teríamos que *“fazer uma guerra pra matar no mínimo trinta mil”*. Outras fontes mais detalhistas e capciosas calculam muito mais de cem mil. A subnotificação pode chegar a dez vezes mais.

O querido amigo Alfredo Wagner, no ímpeto de transformar essa crise em textos, letras vivas que testemunham o que se passa no país, digita de madrugada: *“Ilka, já que você não pode mandar um artigo, mande uma frase, se possível, para o livro pandemia e território. Pra ontem.”* Pois então vai aqui a tal frase.

Pandemia, o nome já diz, múltiplas dimensões de um evento que se espalha em todas as direções de vida: biológica, econômica, política, geográfica e sócio-cultural. Nesse quadro dramático de proporções globais, mas com muitas particularidades em nosso país, teríamos que nos dispor a uma tarefa maior, ou seja, reconceitualizar território para, talvez, falar de seus tantos significados. Do liso ao estriado, de Deleuze; da biopolítica de Foucault; do estado de

* Este artigo foi publicado pela primeira vez no livro “Pandemia e Território”, organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Acevedo Marin e Eriki Aleixo de Melo. São Luis, UEMA/PNCSA, 2020, p. 1219-1225.

exceção de Agamben; dos campos e entre campos de Gilroy; da necropolítica de Mbembe e por tantos caminhos, iríamos bem longe, num esforço de juntar tantas ferramentas, peças e moldes para o grande quebra-cabeça desse pesadelo contemporâneo. E somente nele, quem sabe, vislumbrar um entendimento mínimo de um cenário nebuloso e complexo, que nos exige muito além da própria e incerta vida, nos arranca a possibilidade até de imaginar, nos impõe apenas resistir e reinventar a cada dia e hora, novas estratégias de sobre-estar-pensar- existir.

Decorridos todos esses meses, somente cinco por cento destinado ao combate da pandemia foi efetivamente gasto pelo governo. Há quem pense em somente economizar, faturar, acumular! Enquanto isso, o país volta rapidamente ao mapa da fome, do adoecimento. E esses casos nem estão contabilizados, ampliando mais e mais a tal subnotificação. O ato intencional de incitar, não cuidar e principalmente da não-ação, leva ao genocídio, com participação direta dos recentemente inscritos nos quadros de remuneração extra do Estado. É mais um fato escancarado, descrito por toda a mídia, de ponta a ponta.

Ângulos e miradas de territórios

Na devastação do vírus e mediante o isolamento social, esse mundo aparece somente através de um quadrado, uma janela ou uma tela virtual, apesar de nossas tentativas de apreende-lo sob outras formas, ângulos, em outras miradas e enquadres. Trata-se, portanto, de um território distinto, novo, que desponta e a ser apreendido e delineado, a princípio, em um ângulo meio obtuso, resultante de um contato humano precário, que se estilhaça, esmorece e se desfaz em quadros disformes, nem abertura ou janela, um vão que

mais parece um abismo profundo, onde caímos no nada que nos encerra, nos aprisiona para a devoração. Não que seja antropofágica, mas, sobretudo epidêmica, inoculável e diatópica.

Ontem, quando descia muito cautelosa as escadas do meu edifício para ir ao depósito de lixo, avistei um vizinho no segundo andar, parado na porta de seu apartamento. Assim que ele me viu, entrou correndo e fechou rapidamente a porta. Antes, ele me dava bom dia e boa noite e até esboçava um sorriso, conversava sobre os problemas do condomínio. Essa cena é exemplo de que a fronteira redesenhada pelo vírus abrange lugares novos, antes inimagináveis. Um lugar interpessoal se esboça. E o papel da vizinhança mudou, agora sou considerada uma ameaça, um perigo, um ser que causa nojo, um dejetivo para pessoas que antes me viam como alguém inserida na rede de solidariedade do edifício. Não tenho dúvida de que isso é classe média, a potência do individualismo. Outros grupos sociais, muito mais atingidos economicamente, socialmente, podem agir de outro modo. As notícias dão conta de que, por vezes, ocorre até o contrário; pode existir mais compaixão, pode haver certa ampliação das redes solidárias perante o abandono, a desinformação e a criminalização do poder público. Como pensar esses territórios tão distintos da pandemia?

Estou trazendo meu exemplo por que não acho pertinente falar sobre situações distantes ou criar painéis gerais e colocar em minha boca a fala recortada dos que vivem esse momento em condições muito mais difíceis do que eu. Há um eminente risco de minimização da dor de alguém, não ousar tentar qualquer análise social de um povo ou uma comunidade sem um viver no efetivo convívio.

Uma das duras lições da pandemia é distância etnográfica e teórica, pois as atuais condições desafiam todos os velhos paradigmas nas Ciências Sociais - incluindo até os conceitos possíveis

anteriormente mencionados. Perante um fenômeno de tão difícil comparação, precisamos nos debruçar com atenção, distanciamento e acuidade para tentar compreender, interpretar e não apenas cumprir as metas acadêmicas.

O que o vírus não vê o Estado vê

As inúmeras falas públicas fazem um coro em alto e bom som sobre os territórios de maior contaminação, onde o abandono de ações preventivas e de cuidado fazem par com a repressão policial, a criminalização e o saque: são mais citados os povos indígenas, quilombolas e vulneráveis em geral, pessoas com prejuízo físico e vulneráveis, comunidades lgbt+, moradores de rua, entre outros/as. Tudo indica que são esses os grupos visibilizados e mais atingidos pela crise e pela letalidade.

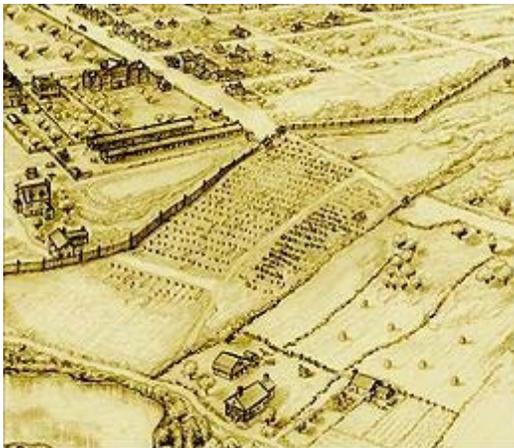
Os debates públicos, em maioria e em melhor consciência, afirmam peremptoriamente que já estamos no epicentro de um furção de necrofilia, de morte proposital por abandono e em larga escala. Estatísticas apontam que a maior parte das vítimas contabilizadas é composta por pessoas negras e em segundo lugar pessoas indígenas. Os ataques diários do governo contra esses visibilizados pelo ataque oficial escandaliza o mundo. Isso parece longe de acabar pois a cada instante aparecem mais ataques, mais direitos suprimidos e desproteção dos vulneráveis. Aparece também mais mentiras, mais charlatanismo obscuro, mais e mais crueldade para encobrir a predação, os diversos tipos de saques, a corrupção, a irresponsabilidade, as ações armadas para ameaçar e chantagear. Tratam-se de crimes mais do que organizados contra pessoas, grupos, classes e até contra a nação. Quem poderá deter esse rasgo de dor?

O território da pandemia é o percurso que o vírus está delineando na geografia das aldeias, das comunidades, das cidades, do país e do mundo. Enquanto o vírus não vê raça, classe e etnia, o Estado vê. Esse território oficial vai sendo formado por covas abertas, não somente para os corpos, pois estas não são suficientes para dimensionar o tamanho da dor e das perdas de todos nós, os sobreviventes. É nesse novo território de sofrimento e morte que vai desaparecendo bibliotecas humanas inteiras, memórias, línguas, conhecimentos, culturas. Algumas vidas resistem, prosseguem.

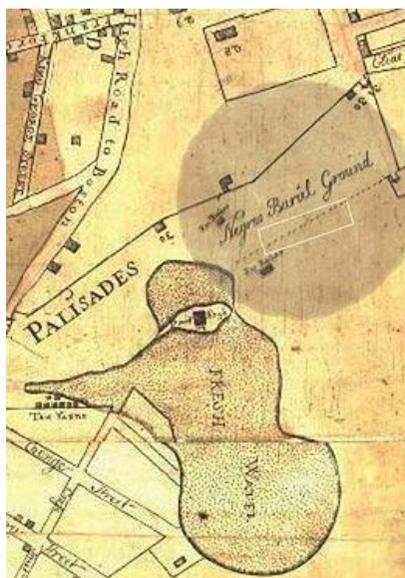
Daí porque não podemos falar em território nos termos já existentes, precisamos reformular as ferramentas de análise, os conceitos e as teorias para dar conta desses novos eventos e seus significados.

Os "african burials": territórios de descarte

No coração de Wall Street em Manhattan, New York, o African Burial Ground National Monument, foi constituído de um grande achado: uma gigantesca cova aberta nos primeiros anos do século XVIII em que foram atirados os corpos de centenas de africanos e africanas, que dá sumiço ao morticínio produzido nas circunstâncias diversas do tráfico, escravização e comércio humano nas Américas. Descartados como dejetos, hoje é a memória das diásporas africanas.



O "Cemitério de Negros" perto de Collect Pond
mapa do final da década de 1700



Seção do mapa de Maerschalk de 1754, o Negro Burial Ground

Esses territórios do descarte integram uma arqueologia própria do desprezo pelas vidas negras. Reabilitados para o perdão e a consciência dos vivos. São estes os mapas da territorialização dos que só se tornam visíveis através da segregação, do racismo, do mais profundo ódio de classe. Transformados em espécies de sambaquis, essas covas formam a massa territorial, o acúmulo, de resíduos humanos, resquícios, sedimentados, de corpos e utensílios centenários correspondentes a milhares de vidas que foram dizimadas pela guerra de exploração colonial, guerra inacabada. No Rio de Janeiro, no antigo cais do Valongo, um cemitério de escravos funcionou entre 1769 e 1830 e recentemente passou a constituir um memorial chamado Cemitério dos Pretos Novos.

Esses grandes buracos na terra, espécies de territórios de descarte humano, já recomeçam a se desenhar em todos os lugares do planeta. A montanha de corpos amontoados pela pandemia se inscreve numa ecogeografia dos lugares reterritorializados pelo descarte.

Recentemente famílias Yanomamis denunciaram o sumiço dos corpos das crianças Sanomas mortas pela covid 19. Os bebês indígenas mortos, tratados em Boa Vista/Roraima como dejetos, foram despejados em covas desse tipo, verdadeiros lixões de gente. Nesse caso, excepcionalmente, esses bebês foram heroicamente resgatados pelas mães para serem sepultados em funerais próprios na aldeia. Mas não tem sido sempre assim, a maioria é apenas e somente material de descarte.

Foi justamente quando descia as escadas do meu edifício que percebi que há corpos que são mais descartáveis do que outros, a condição desigual que não iguala esses cem mil ou mais, hoje números que conformam uma epifania - a do território de séculos atrás - e os que virão, o território futuro.

Essas covas, certamente, irão mais tarde serem alvo de grandes homenagens aos sem lenço e sem documento. E convertidos em futuros **territórios da pandemia**.

Ilha de Santa Catarina 20 de julho de 2020.

Sobre os autores e autoras

Coletivo turma Práticas de Escrita

Os autores e autoras desse coletivo produziram o texto como estudantes do primeiro semestre na disciplina Práticas de Escrita do Curso de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. O curso foi ministrado pela profa. Ilka Boaventura Leite. Durante o semestre foram realizadas oficinas de escrita em que foi produzido o artigo aqui publicado. Lista de autores e autoras em pé de página do artigo.

Oswaldo Martins de Oliveira

Doutor em Antropologia Social, professor no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pesquisador filiado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pesquisador associado ao Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e ao grupo de pesquisa do NUER (Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas) registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq.

Raquel Mombelli

Possui graduação em Serviço Social, mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Colaboradora do departamento de Antropologia Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) (2016-217).É pesquisadora vinculada ao Projeto Nova Cartografia Social da

Amazônia (UEA), desenvolvendo pesquisas sobre comunidades quilombolas, pescadores artesanais e povos tradicionais em Santa Catarina, reconhecimento territoriais e culturais. Trabalha com os seguintes temas: relações étnico-raciais, educação étnico-racial, educação escolar quilombola, identidade étnica, patrimônio cultural quilombola, pericia antropológica. Ministrou em 2016 curso de formação direcionado para professores da rede pública do Estado de Santa Catarina, sobre o tema: Desafios no processo de escolarização: produção de subsídios para orientação às redes de ensino e o curso Modalidade de educação escolar quilombola: Escolarização nas Comunidades Quilombolas, Identidade e Território. Consultora do Caderno Política de Educação Escolar Quilombola da Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina (2018). Vice coordenadora do Comitê Quilombos ABA (gestão 2014-2016; 2019-2020)). Assumiu a Coordenação do Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia na gestão 2017-2018.

Silvia Regina Teixeira Christovão

Graduada em História Faculdade Porto-Alegrense Ciências e Letras (FAPA) (2005), Especialização em História Contemporânea, (2006 - 2007, (FAPA) Especialização em Diversidade com Ênfase na EJA (2013/2 -2015/1, Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Possui Licenciatura em Língua Espanhola e Literatura de Língua Espanhola pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. (2013/1,2018/1). Possui Mestrado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) (2017/2). Doutoranda(o) no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Linha de pesquisa África e suas Diásporas. Editor(a) Assistente da Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, SC. Atuou na área de arqueologia. Atua

na coordenação - Polo da Universidade Aberta do Brasil UAB no Município de Praia Grande - SC. Como docente na comunidade quilombola São Roque/SC no projeto educação escolar quilombola, com a metodologia da Pedagogia da Alternância. É membro da equipe técnica de monitoramento do Plano Municipal de Educação. Participa do grupo de estudos e pesquisas Alteritas: Diferença, Arte e Educação CED-UFSC. Membro do Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interé-tnicas (NUER- UFSC). Tem experiência na área de Educação, História e Arqueologia. Pesquisa Comunidades Remanescentes de Quilombos com título do projeto de tese: Saberes e fazeres do Quilombo São Roque: conhecimentos acerca da ancestralidade, oralidade e memória no fortalecimento dos processos para elaboração de uma perspectiva de educação escolar quilombola.

Raquel Santos Souza

Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER) na mesma instituição desde 2020. É mestra pelo Programa de Pós- Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) no ano de 2020 e Bacharela em História - América Latina no ano de 2017, ambas formações pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Ilka Boaventura Leite

Fez carreira docente no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina onde se aposentou em 2020

como professora titular. Atualmente é professora do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Fundou o NUER- Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas da UFSC, que integra o diretório de grupos de pesquisa do CNPq desde 1998 e cujos temas centrais são os estudos afro-diaspóricos. Foi pesquisadora I do CNPq entre 1998-2017. Realizou pesquisas de campo em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Moçambique, Angola e Buenos Aires. Fêz estágios pós-doutorais nos Estados Unidos (1997), Portugal (2007) e Buenos Aires (2015). É filiada à Associação Brasileira de Antropologia e a Associação Nacional dos Pesquisadores Negros. Além de livros de poesia, publicou estudos e pesquisas sobre literatura de viagem, identidade étnica, direitos territoriais quilombolas, perícia antropológica, religiosidades e artes visuais afro-brasileiras. É Editora dos Cadernos Textos e Debates do NUER.





NUER - Núcleo de Estudos de Identidades
e Relações Interétnicas

nº 20/2020.2

